

**Conselho Federal de Serviço Social
CFESS (org.)**

Assistentes Sociais no Brasil

Elementos para o estudo do perfil profissional

Realização:

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS

Maio de 2005



Capa: Fabiano Bonfim Gozzo
Projeto gráfico, arte e diagramação: Marcelo Villodres Dias
Revisão e Assessoria Editorial: Marlise Vinagre Silva
Tiragem: 1.000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP,Brasil)

Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prédes... [et al.].-- Brasília: CFESS, 2005.

1. Assistentes Sociais - Brasil. 2. Assistentes Sociais - perfil profissional - Brasil. I. Conselho Federal de Serviço Social II. Título: Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o estudo do perfil profissional.

CDU 364.442

Índice para catálogo sistemático:
1.Serviço Social 364.442

® Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida sem a permissão expressa do organizador e editor.

Copyright © by CFESS, Brasília, 2005

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
SCS • Quadra 2 • Bloco C • Ed. Serra Dourada,
salas 312/317 • CEP.: 70300 902 • Brasília-DF
Fone: (55) (61) 223 1652 • Fax: (61) 223 2420
E-mail: cfess@cfess.org.br
Site: www.cfess.org.br

Nota à edição virtual

Apresentamos ao público em edição virtual, a pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” realizada no ano de 2004 e publicada em maio de 2005 em edição impressa.

A presente pesquisa é o resultado do convênio firmado entre o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, que por meio do grupo de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais desenvolveu este trabalho contando com a colaboração de todos os 24 Conselhos Regionais na coleta dos dados. A pesquisa teve a coordenação geral do CFESS, representado pela então conselheira Profa. Dra. Marlise Vinagre Silva, e a coordenação técnica do grupo de pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade, a qual foi responsável pela elaboração do Relatório Final da Pesquisa de Campo em conjunto com as pesquisadoras Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral, Profa. Mestre Martha Daniela Tenório e Assistente Social Especialista Rosiane Passos de Moraes.

Com essa publicização, a gestão atual do CFESS – Defendendo direitos, radicalizando a democracia - quer possibilitar maior divulgação dos dados pesquisados, contribuindo para aprofundar o conhecimento sobre a profissão e seus agentes, assim como possibilitar a utilização desses dados como ponto de partida para outras investigações.

É importante destacar que a efetivação dessa parceria CFESS /UFAL veio a reafirmar a necessária articulação que deve existir entre as Unidades de Ensino e entidades que fiscalizam a profissão – Conjunto CFESS/ CRESS – na execução da Política Nacional de Fiscalização, na medida em que os elementos aqui apresentados contribuem para o conhecimento das condições em que o trabalho profissional é realizado. Portanto, a fiscalização profissional ultrapassa o seu caráter meramente burocrático e vincula-se aos eixos que estruturam a Política Nacional de Fiscalização: Potencialização da ação fiscalizadora para valorizar e publicizar a profissão; Capacitação técnica e política dos Agentes Fiscais e COFIs para o exercício da fiscalização; Articulação com as Unidades de Ensino e representações locais da ABEPSS e ENESSO; Inserção do Conjunto CFESS / CRESS nas lutas referentes às políticas públicas.

É, pois, com grande satisfação que a gestão Defendendo direitos, radicalizando a democracia, traz ao público por meio virtual os resultados de uma parceria de sucesso, que envolveu instâncias do exercício e da formação profissional das (os) assistentes sociais brasileiras (os).

Brasília, novembro de 2006.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - **CFESS**

CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL - **CRESS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - **UFAL**

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GRUPO DE PESQUISA: SERVIÇO SOCIAL TRABALHO E DIREITOS SOCIAIS

LINHA DE PESQUISA: SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS

APOIO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - **CCSA/UFAL**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFAL

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

EQUIPE RESPONSÁVEL

COORDENAÇÃO GERAL: CFESS

Profa. Dra. Marlise Vinagre Silva - Coordenadora do Grupo de Trabalho do CFESS;

Assistente Social Ana Cristina Muricy de Abreu

Profa. Mestre Deborah Cristina Amorim

Assistente Social Djanyse Barros de Arruda Mendonça

Profa. Mestre Jaqueline Rosa Pereira

Profa. Mestre Ruth Ribeiro Bittencourth

COORDENAÇÃO TÉCNICA: UFAL

Profa. Dra. Rosa Lúcia Prédes Trindade - Coordenadora Técnica

Assistente Social Rosiane Passos de Moraes

Assistente Social Thais Karina Guedes Bezerra de Melo

Assistente Social Vânia Maria Passos Bastos

Assistente Social Wedja Maria Rodrigues Alves da Silva

Assistente Social Maria Helena da Silva Carvalho

COLABORADORES DOS CRESS

1ª Região/PA Celda Maria de C. Souza

2ª Região/MA Loide Gomes da Silva

2ª Região/MA Glória de Maria Corrêa
3ª Região/CE Virgínia Marcia de Assunção
4ª Região/PE Daniela Lira Mariz
5ª Região/BA Cheila de Jesus Queiroz
6ª Região/MG Adriana Aquino Aguiar
7ª Região/RJ Tânia Dahmer
8ª Região/DF Êia Maria de Souza
9ª Região/SP Aurea Satomi Fuziwara
10ª Região/RS Tatiana Riedel
11ª Região/PR Dorival dos Santos
12ª Região/SC Valéria Cabral Carvalho
13ª Região/PB Luciana Barbosa de Souza
14ª Região/RN Adriana Eleutério
15ª Região/AM Maria Francenilda de Oliveira
16ª Região/AL Maria Lucia S. M. Silva
17ª Região/ES Nádia Bremer
18ª Região/SE Inácia Batista de Brito
18ª Região/SE Lílian da Silva Santos
19ª Região/GO Tereza de Souza Araújo
20ª Região/MT Soraia P.T. Rodrigues Maciel
21ª Região/MS Francisca Bezerra de Souza
22ª Região/PI Líbia Mafra Benvindo de Miranda
23ª Região/RO Rita de Cássia Prestes Picanço
24ª Região/AP Ângela Guedes da Silva

Equipe de Elaboração do Relatório Final da Pesquisa de Campo

Profa. Dra. Rosa Lúcia Prédes Trindade - Departamento de Serviço Social/UFAL

Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral - Departamento de Serviço Social/UFAL

Profa. Mestre Martha Daniela Tenório - Departamento de Serviço Social/UFAL

Assistente Social Especialista Rosiane Passos de Moraes Machado - Agente Fiscal do CRESS 16ª Região/ Alagoas

Assessoria de Informática

José Gustavo Gomes Santos

Assessoria de Estatística

Paulo da Cruz Freire dos Santos

APRESENTAÇÃO

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, durante a gestão Trabalho, Direitos e Democracia - A gente faz um país – 2002/2005, buscou empreender uma ação pautada em debates e encaminhamentos radicalmente comprometidos com o aperfeiçoamento da profissão e da intervenção técnica-política profissional. Nesse contexto tornou-se imprescindível desenvolver uma ação que atualizasse informações sobre o assistente social e o seu contexto de trabalho, respondendo indagações sobre a realidade profissional.

Assim emerge a decisão política de realizar uma pesquisa sobre o perfil do assistente social, materializando um investimento que indiscutivelmente reveste-se de importância e significado para a categoria e as Entidades do Serviço Social. Para concretizá-la buscamos a parceria com a Universidade Federal de Alagoas - UFAL, considerando a importante experiência na realização da pesquisa *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional* e da construção da metodologia adotada. Ressaltamos nesta oportunidade os êxitos dessa parceria na obtenção dos resultados que ora publicizamos.

Nessa perspectiva o CFESS disponibiliza para a categoria esse estudo que apresenta subsídios para debates da profissão com objetivo de elaborar um perfil do profissional de Serviço Social em atividade no Brasil, pois até então as pesquisas existentes sobre esse tema tinham abrangência local.

Apresento ainda os nossos agradecimentos aos Conselhos Regionais de Serviço Social, pelo empenho na consecução das tarefas nas

etapas de coleta de dados e a todos os profissionais que participaram da pesquisa, contribuindo para a produção que se caracterizou desde a sua concepção a operacionalização como uma construção coletiva.

Léa Lúcia Cecílio Braga

Presidente do Conselho Federal de Serviço Social

Gestão 2002/2005 - Trabalho, Direitos e Democracia - A gente faz um país

Brasília, abril de 2005

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 - PERFIL PROFISSIONAL	17
2 - RELAÇÕES DE TRABALHO	23
3 - CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL	37
4 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
ANEXO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA	53
ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO	54
ANEXO 3 - QUADROS COM OS RESULTADOS DOS INDICADORES DISTRIBUÍDOS POR REGIÃO	56

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

INTRODUÇÃO

A obra ora apresentada é o resultado da pesquisa sobre *O Perfil da(o) assistente social no Brasil*, desencadeada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, a partir de uma necessidade apontada pelo Conjunto CFESS/CRESS, considerando-se a lacuna existente de estudos sobre a *identidade* da profissão. Sua concretização representa um importante passo na investigação de algumas variáveis que venham a fornecer subsídios, seja no âmbito da formação profissional, seja em termos do desenvolvimento de ações e estratégias a serem desencadeadas pelo Conjunto, referentes às suas funções legais e políticas frente à fiscalização do exercício profissional do Serviço Social.

A partir das discussões ocorridas em vários Encontros Nacionais CFESS/CRESS, fórum de debates e deliberações da categoria, esta necessidade se impôs a partir de 1999, constando como recomendação do Encontro realizado em Campo Grande – MS, naquele ano.

Com esta publicação pretende-se oferecer elementos sobre alguns aspectos do perfil das(os) assistentes sociais brasileiras(os), pois até então as pesquisas existentes têm abrangência local, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos nos estados de Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo e Pernambuco.

Em 2003, a partir das discussões ocorridas no Encontro Nacional, em Salvador – BA, esta gestão do CFESS *Trabalho, Direitos e Democracia: A gente faz um país*, assumiu, através da Comissão de Orientação e Fiscalização - COFI, o encaminhamento da deliberação referente à realização de pesquisa nacional: “Assegurar a realização de pesquisa

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

nacional sobre o exercício profissional, abordando várias questões, como nomenclaturas de cargos, carga horária, salário, condições de trabalho, espaços sócio-ocupacionais, vínculo empregatício”¹

Considerando que a professora Rosa Prédes, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL participou diretamente das discussões ocorridas em Salvador, que culminaram nessa deliberação, bem como reconhecendo a sua experiência e acúmulo enquanto coordenadora do grupo de pesquisa *Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais*², o CFESS formalizou convite para realização da pesquisa, instituindo-se posteriormente uma parceria através de convênio entre a UFAL e CFESS, definindo-se os grupos de trabalho/coordenações e responsabilidades.

No CFESS, um grupo de trabalho foi composto sob a coordenação da conselheira Marlise Vinagre Silva e com a participação das conselheiras Ana Cristina Muricy de Abreu, Deborah Cristina Amorim, Djanyse Barros de Arruda Mendonça, Jacqueline Rosa Pereira e Ruth Ribeiro Bittencourt, sendo este grupo responsável pela coordenação geral da pesquisa.

Na UFAL, sob a coordenação da professora Rosa Prédes, o grupo foi composto pelas professoras Maria Virginia Borges Amaral, Martha Daniela Tenório e Rosiane Passos de Moraes, esta também agente fiscal do CRESS 16^a Região/AL, ficando este grupo responsável pela coordenação técnica da pesquisa.

A produção da pesquisa que resultou na presente publicação vincula-se à execução da Política Nacional de Fiscalização – PNF do Conjunto CFESS/CRESS, especialmente relacionada aos seus eixos estruturantes, a saber: *potencialização da ação fiscalizadora para valorizar e publicizar a profissão; capacitação técnica e política dos agentes fiscais e COFIs para o exercício da fiscalização; articulação com unidades de ensino e representações locais da ABEPSS e ENESSO; inserção do Conjunto CFESS/CRESS nas lutas referentes às políticas públicas.*

¹ Relatório de Deliberações do 32^o Encontro Nacional CFESS/ CRESS, Salvador – BA, 2003.

² O referido grupo de pesquisa vem desenvolvendo estudos sobre mercados de trabalho desde agosto de 2000, analisando dados coletados no âmbito da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS 16^a Região/Alagoas.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Este trabalho expressa exatamente a visão ampliada e a superação da concepção formal e burocrática da fiscalização do exercício profissional, na medida em que busca, – a partir de uma visão analítico-histórica –, conhecer os sujeitos concretos, isto é, *vivos*, que realizam o trabalho profissional, suas relações de trabalho, seu conhecimento relativo à legislação profissional e sua participação política. Dessa forma a fiscalização deixa de ser uma mera identificação da *regularidade* (não menos importante), da(o) assistente social perante o CRESS, e passa a ser vista articulada às condições em que o trabalho profissional se realiza. Busca-se romper com o corporativismo e com o caráter estritamente administrativo, redimensionando a fiscalização como uma ação inscrita em um projeto profissional de caráter ético-político e técnico-operativo fundado na perspectiva emancipatória. Nessa perspectiva abre-se espaço para discussões acerca da intervenção profissional e também das questões mais gerais da sociedade brasileira. Redireciona-se o conjunto de esforços e a capacidade interventiva dos Conselhos para o aprimoramento do papel social da profissão, logo, da sua natureza pública, enquanto um dos artífices da luta pela garantia da implementação de políticas e direitos sociais³

Esta parceria entre o Conjunto CFESS/CRESS e a Universidade demonstra também a efetiva articulação entre estas instâncias e a estreita relação entre formação e exercício profissional, demonstrando que outros trabalhos podem e devem ser realizados, tanto em nível nacional quanto estadual.

Esta pesquisa teve início em fevereiro de 2004, com a aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Conselho Pleno do CFESS, definindo-se como objetivos da investigação: Elaborar um perfil da(o) profissional de Serviço Social em atividade no Brasil (objetivo geral); mapear o universo das(os) assistentes sociais nos âmbitos estadual, regional e nacional e traçar o perfil atual do profissional de Serviço Social (objetivos específicos). Na ocasião ficou definido que toda a execução da pesquisa ficaria a cargo dos CRESS e Delegacias Regionais em todos os estados da Federação.

³ CFESS. *Política Nacional de Fiscalização*, 1999.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

A partir dessas definições, previstas no projeto, a pesquisa se desenvolveu conforme descrito a seguir. Inicialmente foi prevista a etapa de coleta e sistematização dos dados do universo dos assistentes sociais em atividade no país, quando seria possível coletar, sistematizar e analisar os indicadores do cadastro de pessoa física, mantido por cada um dos 24 CRESS e 3 Seccionais de base estadual, organizado a partir dos dados colhidos durante a inscrição do profissional (até o mês de junho de 2003). A execução dessa etapa dependeria de cada CRESS e Seccional, que atualizaria o seu cadastro de pessoa física e elaboraria um relatório quantitativo, que sistematizasse as informações percentuais relativas aos indicadores, presentes no cadastro informatizado dos CRESS, tais como: idade, sexo, naturalidade, cidade em que reside, ano de inscrição no CRESS, vínculo empregatício (quantidade/tipo), data de admissão na instituição, cargo/função, natureza da instituição empregadora, área de atuação, cidade em que trabalha, carga horária, instituição de graduação, ano de conclusão, formação de pós-graduação (tipo, ano de conclusão, instituição). A equipe técnica da pesquisa receberia esses relatórios e procederia à elaboração de relatórios percentuais – de abrangência regional e nacional – e as análises das principais tendências.

Para a realização dessa primeira etapa, os CRESS apresentaram várias dificuldades, especialmente em relação ao cadastro no SISCAFW⁴, que sem a devida atualização prejudicou a contabilização dos dados sobre o universo dos assistentes sociais inscritos no CRESS e com registro ativo⁵, portanto em condições de exercer a profissão. Com isso, a coordenação geral, no âmbito do CFESS, decidiu suspender a realização dessa primeira etapa e partir para a execução da segunda etapa, garantindo-se, assim, a realização da pesquisa no tempo previsto. Essa segunda etapa constou de coleta e sistematização de

⁴ Sistema de cadastro informatizado utilizado por todos os CRESS e Delegacias. O único CRESS isento de problemas foi o CRESS Paraná.

⁵ Encontram-se em registro ativo os profissionais que estão obrigados a pagar regularmente as anuidades devidas ao CRESS e em condição de exercer a profissão.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

dados por amostragem⁶, definida sobre o universo de assistentes sociais com registro profissional ativo nos 24 CRESS e Seccionais, tomando-se por base cronológica a situação em junho de 2003.

A coleta de dados foi feita através da aplicação de um questionário⁷, respondido pelos sujeitos da pesquisa – assistentes sociais, participantes dos eventos comemorativos ao dia da(o) assistente social, no mês de maio de 2004, inscritos no CRESS e com registro ativo. O questionário incluiu questões fechadas – com opções definidas – e questões abertas, nas quais o informante poderia acrescentar mais alternativas, além das previamente oferecidas.

A distribuição dos questionários ficou a cargo de cada CRESS e Seccional, assim como o recolhimento e devolução dos questionários para a coordenação técnica da pesquisa, na UFAL, que forneceu as orientações, os critérios e o cronograma de realização da coleta de dados. Após o recebimento dos questionários preenchidos⁸, os dados foram organizados e digitados no programa elaborado pela assessoria de informática, que procedeu à elaboração dos relatórios quantitativos/percentuais com os resultados no nível nacional e por região.

A partir da sistematização dos dados coletados através da amostra, a equipe de profissionais elaborou um relatório com os resultados e as análises das tendências apresentadas pela pesquisa a respeito do perfil profissional da(o) assistente social. Nesse relatório foi possível expor e analisar as tendências nacionais e as particularidades regionais mais significativas. Assim, através dos resultados ora apresentados é possível ter acesso a alguns dados sobre o mercado de trabalho (vínculo empregatício, natureza da instituição empregadora, área de atuação, carga horária, salário, cargo/função, capacitação profissional, dentre outros) e sobre algumas expressões da *identidade profissional*, tais como, pertença de classe, étnico-racial e de gênero, bem como determinações a partir das clivagens de geração, opção sexual, religião, dentre outras.

⁶ A amostra foi definida por um estatístico e teve margem de erro de aproximadamente 3% e nível de confiança de 95%. A distribuição da amostra por Estado está em anexo.

⁷ Cf. modelo do questionário em anexo.

⁸ Apenas o estado do Acre não enviou o questionário preenchido.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Este relatório é apresentado nessa publicação, com a seguinte estrutura:

- 1 - Perfil geral das(os) assistentes sociais, no qual são apresentados os indicadores sobre sexo, idade, religião, pertença étnico-racial, orientação sexual, situação conjugal e número de filhos;
- 2 - Relações de trabalho da(o) assistente social, com os indicadores sobre: quantidade e tipo de vínculos empregatícios, natureza da instituição em que atua, renda individual, renda familiar, carga horária de trabalho, cargo, local de trabalho x local de moradia, formação profissional;
- 3 - Conhecimento da legislação profissional, abordando o conhecimento sobre a lei de regulamentação da profissão, as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social e o código de ética da profissão;
- 4 - Participação política das(os) assistentes sociais envolvendo a participação em alguma atividade política, o tipo de movimento, a frequência, situação/posição ocupada nos movimentos e a participação em conselhos de direitos ou de políticas sociais.

Ao final do processo de investigação é possível afirmar a importância do estudo realizado; seja pelos resultados obtidos, que podem contribuir para um melhor conhecimento sobre a(o) profissional de Serviço Social no Brasil; seja pela parceria estabelecida entre o Conjunto CFESS/CRESS e a Universidade, que efetivou a articulação pesquisa/ensino/extensão.

O presente estudo não tem a pretensão de apresentar conclusões de caráter definitivo a cerca do perfil profissional da(o) Assistente Social Brasileiro. Tampouco pretende-se oferecer uma concepção de *identidade profissional* analisada como um todo absoluto, formal, coerente e acabado, ancorada na idéia cristalizações fixas.

A proposta é possibilitar um ponto de partida para futuros aprofundamentos. Assim, se oferecem ao debate o conhecimento de um conjunto de variáveis, em nível nacional, sobre o perfil profissional. Este conjunto, tomado como uma totalidade dinâmica, una, plural (heterogênea) e contraditória, contribui para construção do que vem sendo tratado como *identidade profissional*.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Entende-se que a interpretação crítica desses elementos que (con)formam a chamada *identidade profissional*, produzida na e a partir da divisão social e técnica do trabalho, possibilitará o desvelamento do significado social da profissão, das condições materiais e espirituais que condicionam as respostas profissionais à *questão social*, bem como das determinações no processo de sua legitimidade no interior das relações sociais na sociedade brasileira, na perspectiva da reafirmação e do fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

Ana Cristina Muricy de Abreu

Marlise Vinagre Silva

Rosa Prêdes

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

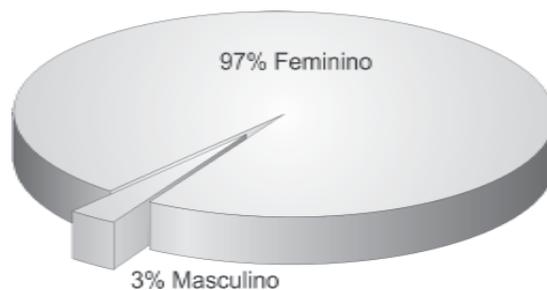
ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

1 - PERFIL PROFISSIONAL

*Martha Daniella Tenório, Rosa Prédes,
Rosiane de Moraes Machado e Maria Virgínia Borges¹*

Os indicadores do perfil geral da(o) assistente social são: sexo, idade, religião, pertença étnico-racial, orientação sexual, situação conjugal e número de filhos.

GRÁFICO 1 - PERFIL GERAL: SEXO



Dados de Maio/2004

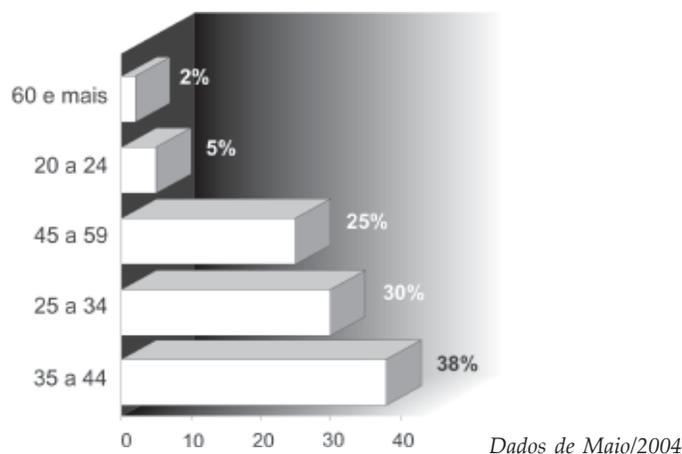
Confirmado a tendência histórica da profissão, a categoria das(os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens. A região com maior percentual masculino

¹ *Respectivamente, Mestra em Serviço Social pela UFPE e Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da UFAL, Doutora em Serviço Social pela UFRJ e Professora do Departamento de Serviço Social da UFAL, Especialista em Saúde e Serviço Social e Agente Fiscal do CRESS 16ª Região de 1995 a 2004, Doutora em Linguística e Professora do Departamento de Serviço Social da UFAL.*

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

é a Sudeste (7%) e a menor é a região Sul (1%). Em relação à idade, o perfil é o seguinte:

GRÁFICO 2 - PERFIL GERAL: IDADE



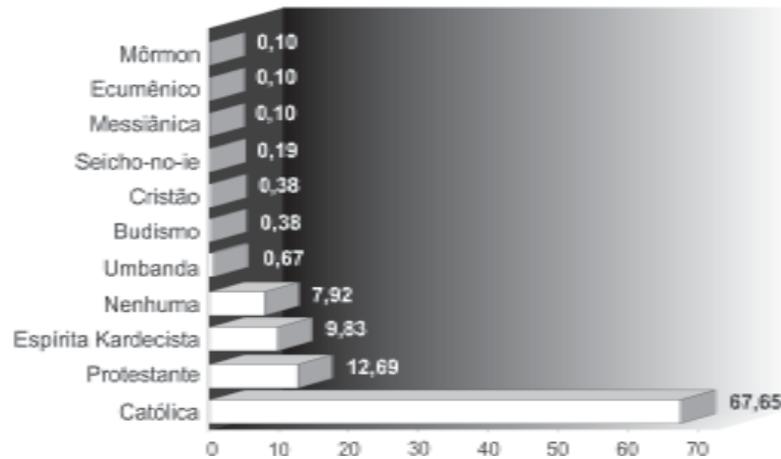
Os dados mostram que na categoria das(os) assistentes sociais prevalecem as idades entre 35 a 44 anos (38%) e 25 a 34 anos (30%), ainda que seja significativo o percentual das(os) que têm entre 45 a 59 anos (25%). Na distribuição regional, no Centro-oeste, a categoria tem uma idade mais elevada, pois o percentual das(os) profissionais na faixa de 35 a 44 sobe para 45% e os com 45 a 59 está em segundo lugar, com 23%. Também na região Norte este intervalo ocupa o segundo lugar (23%).

Na próxima página temos os dados relativos à religião. Observou-se que há uma variedade de religiões apontadas pelas(os) assistentes sociais, ainda que a religião católica seja majoritária (com 67,65%), seguida pela protestante (com 12,69%). Tomando-se a distribuição por região, a religião católica prevalece em todas; entretanto, alguns aspectos se destacam no tocante às outras religiões: no Nordeste há um empate no segundo lugar (11,87%) entre a espírita kardecista e a protestante. Esta é mais forte no Centro-oeste (17,19%) e menos forte no Sul, que tem no segundo lugar as(os) profissionais sem religião (13,53%). O Sudeste apresenta o menor

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

índice de ausência de religião (6,51%), o que pode estar associado ao fato de esta região apresentar a maior diversidade de religião (6 das 11 opções); o Nordeste também possui variedade (4 das 11 opções).

GRÁFICO 3 - PERFIL GERAL: RELIGIÃO



Dados de Maio/2004

Quando interrogados acerca da condição religiosa, 76% responderam que são praticantes de alguma religião e apenas 24% disseram não. O número de praticantes sobe para 86,21% no Centro-oeste e desce para 69,57% no Sul.

GRÁFICO 4 - PERFIL GERAL: ASSIDUIDADE RELIGIOSA (PRATICANTE)

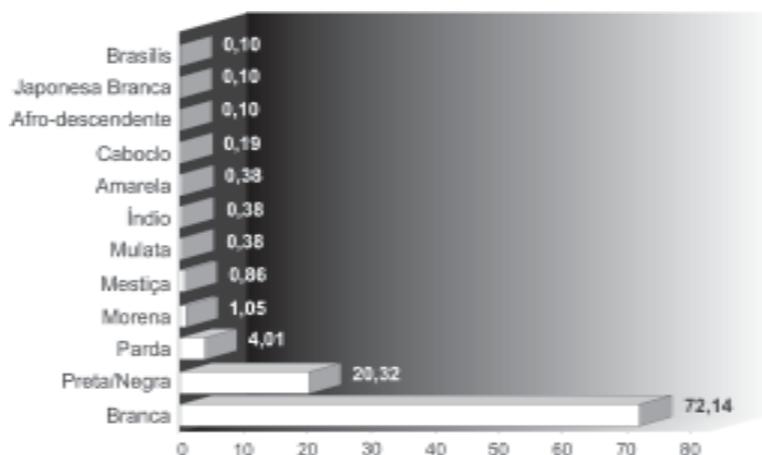


Dados de Maio/2004

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Sobre a pertença étnico-racial, o objetivo foi investigar como as(os) assistentes sociais se reconhecem/identificam neste aspecto. No resultado reproduz-se o conjunto das respostas dadas pelas(os) informantes, conforme a sua autodeclaração.

GRÁFICO 5 - PERFIL GERAL: PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL



Dados de Maio/2004

A maioria das(os) profissionais se identificou como branca (72,14%); em seguida aparecem as(os) pretas(os)/negras(os) (20,32%). Contudo, apareceram mais 10 variáveis de autodeclaração étnico-racial². Os índices da pertença ao grupo das(os) pretas(os)/negras(os) foram maiores no Norte (37,50%) e no Nordeste (32,88%), o que fez diminuir os índices da pertença branca (46,88% e 50,68%, respectivamente). Em contrapartida, os índices desta última crescem no Sudeste (79,58%) e mais ainda no Sul (93,23%), onde só aparecem 5,26% de pretas(os)/negras(os). Os índices dos demais pertencimentos não são significativos, ainda que possamos destacar que a menor variedade se deu no Sul (somente parda e morena) e no Centro-oeste

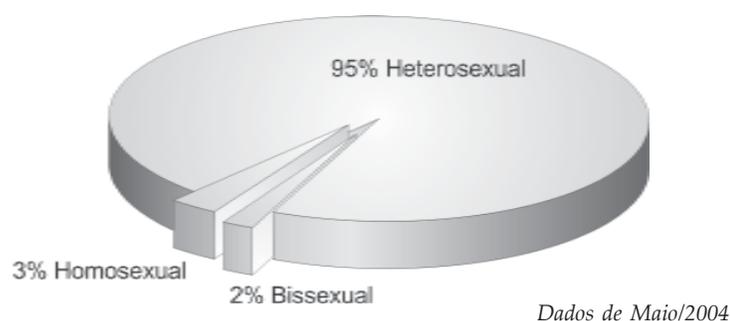
² Essas 10 opções apareceram através da resposta aberta, já que o questionário apresentou as 2 primeiras opções

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

(parda, japonesa branca e morena). O Nordeste apresentou a maior variedade (7), seguido pelo Sudeste e Norte (5 em ambos).

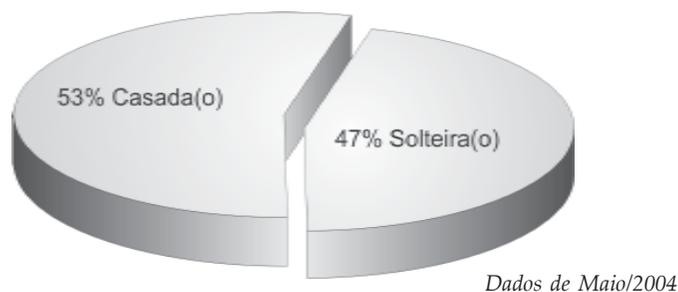
Quanto à orientação sexual, 95% das(os) assistentes sociais se declararam heterossexuais, seguidos pelas condições de homossexual e bissexual, como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 6 - PERFIL GERAL: ORIENTAÇÃO SEXUAL



Sobre a sua condição conjugal, as(os) assistentes sociais responderam:

GRÁFICO 7 - PERFIL GERAL: SITUAÇÃO CONJUGAL³



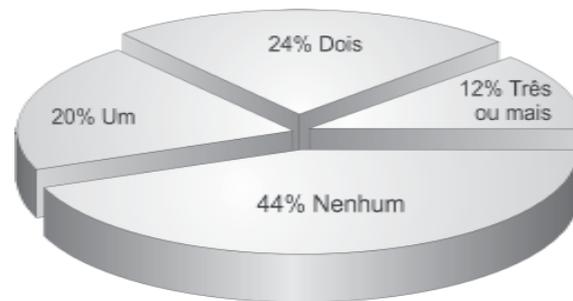
Em relação à situação conjugal, os resultados são bem equilibrados, pois 53% das(os) assistentes sociais são casadas(os) e 47%

³ Nesse indicador consideramos apenas a existência (ou não) de um relacionamento de fato, independente da situação legal.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

solteiras(os). Quando interrogados sobre a existência de filhos, a maioria respondeu não ter filhos, conforme demonstra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 8 - PERFIL GERAL: QUANTIDADE DE FILHOS



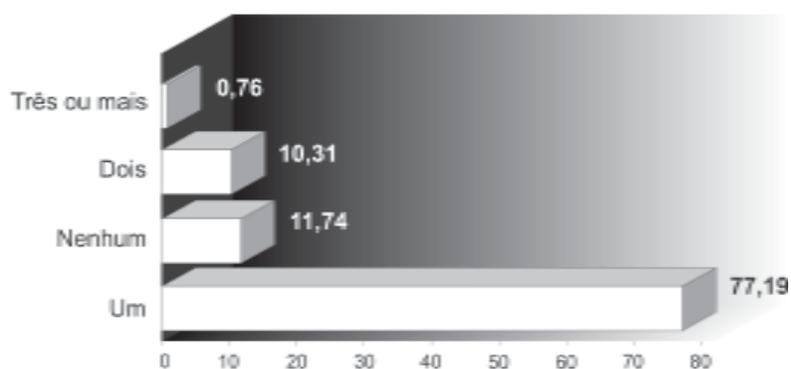
Dados de Maio/2004

Com os dados expostos acima, pode-se identificar a predominância do seguinte perfil geral da(o) assistente social no Brasil: mulher, com idade entre 35 a 44 anos, católica praticante, que se autodeclara branca, heterossexual e casada, sem filhos ou constituindo uma prole de dois filhos.

2- RELAÇÕES DE TRABALHO

A pesquisa permitiu investigar alguns aspectos do trabalho da(o) assistente social, o que envolve: quantidades e tipo de vínculos empregatícios, natureza da instituição em que atua, renda individual, renda familiar, carga horária de trabalho, cargo, local de trabalho x local de moradia, formação profissional. Seguem-se os resultados:

GRÁFICO 9 - QUANTIDADES DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL



Dados de Maio/2004

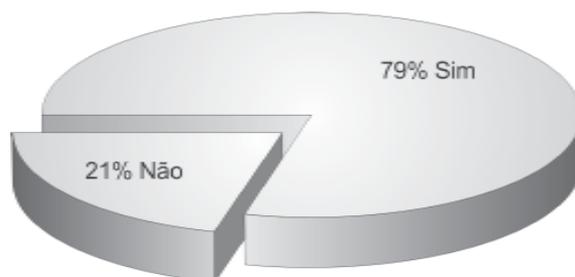
A grande maioria das(os) profissionais (77,19%) possui apenas um vínculo empregatício, entretanto a ausência de vínculos aparece em segundo lugar (11,74%), o que é um indicador de não-inserção no mercado de trabalho na área do Serviço Social. Em nível nacional, os

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

que possuem mais de um vínculo não passam de 11%. Na região Norte aparecem algumas peculiaridades: o índice sobre os que possuem apenas um vínculo é menor (65,63%), em contrapartida 20,31% têm dois vínculos e a não-inserção no mercado é maior (14,06%). No Sul os que têm apenas 1 vínculo são 85,71% (somente 3,76% têm vínculo duplo) e 10,53% não estão inseridos no mercado; seguido do Nordeste, no qual somente 10,50% estão fora do mercado. Em contrapartida, nesta região os índices de vínculo duplo estão em segundo lugar com 13,70%, o que também acontece no Centro-oeste (12,50%). O Sudeste apresenta 12,32% que não estão inseridos e 1,23% com três ou mais vínculos, aliás, única região com essa situação.

Os gráficos que se seguem expressam alguns aspectos das relações de trabalho dos que estão inseridos no mercado de trabalho na área de Serviço Social. Os detalhes sobre natureza da instituição, tipo de vínculo empregatício, cargo e carga horária foram aferidos em relação ao principal vínculo empregatício do profissional. A renda profissional foi considerada na sua totalidade na área do Serviço Social.

GRÁFICO 10 - LOCAL DE TRABALHO X LOCAL DE MORADIA (MESMA CIDADE)

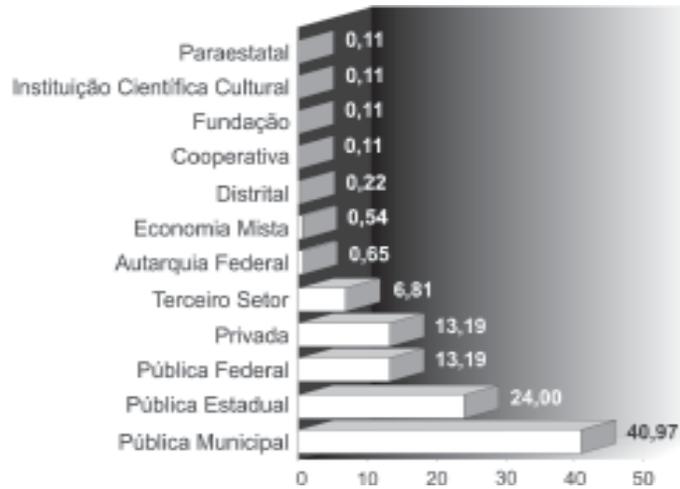


Dados de Maio/2004

No gráfico acima vemos que 79% das(os) assistentes sociais que estão atuando trabalham na mesma cidade em que residem. As(os) assistentes sociais do Norte e do Centro-oeste são as(os) que menos se deslocam para outra cidade para trabalhar (7,27% e 14,04%, respectivamente) e as(os) que mais se deslocam para outras cidades estão no Sudeste (23,90%) e Nordeste (20,41%).

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

GRÁFICO 11 - NATUREZA DA INSTITUIÇÃO DO PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO



Dados de Maio/2004

A pesquisa confirma a tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública estatal (78,16%, no nível nacional)¹; no nível regional os índices desse indicador são os seguintes: Norte (96,36%), Sudeste (80,33%), Nordeste (75%), Sul (69%), Centro-oeste (66,67%). Desse contexto geral, algumas particularidades podem ser ressaltadas.

O gráfico mostra que 40,97% das(os) assistentes sociais estão atuando em instituições públicas municipais, quase o dobro das(os) que atuam nas públicas estaduais (24%). As instituições públicas federais ocupam a terceira posição (13,19%), reafirmando que a descentralização das políticas sociais no Brasil tem transferido a sua execução da esfera federal para a municipal, a partir dos anos 1990. Isso rebate na esfera de prestação direta de serviços sociais públicos, assumidos, então, pelas instituições públicas municipais.

A predominância das instituições públicas municipais no mercado de trabalho do Serviço Social só não acontece na região Norte, onde o maior percentual é das públicas estaduais (47,27%), e na região Centro-oeste

¹ Somando-se os percentuais das instituições públicas municipais, estaduais e federais.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

(33,33%). Este resultado pode expressar um processo ainda incipiente de descentralização para a esfera municipal, diferentemente das outras regiões. Em três delas, os índices das públicas municipais são superiores aos nacionais: Sudeste (47%), Sul (39%) e Nordeste (34%), regiões em que tal processo parece estar mais avançado, ou pelo menos parece absorver mais profissionais para os serviços públicos municipalizados.

Ainda cabem algumas considerações sobre as instituições Privadas (empresas lucrativas) e as do Terceiro Setor (entidades filantrópicas, Organizações Não-Governamentais – ONGs, Associações, Cooperativas, dentre outras)². Nos resultados nacionais as empresas privadas empregam mais assistentes sociais (13,19%) do que as instituições do Terceiro Setor (6,81%), embora seja importante perceber que os índices das primeiras (empresas privadas) são iguais aos das públicas federais. Em duas regiões as instituições privadas superam as públicas federais, ocupando o terceiro lugar: Centro-oeste (19,30%) e Sul (18%). Em relação ao Terceiro Setor, ele aparece no 5º lugar, em todas as regiões, exceto no Norte, onde não há incidência dessa natureza; nas regiões Sul e Centro-oeste esta natureza institucional tem a mesma frequência que a pública federal (11% e 10,53% respectivamente), ocupando a quarta posição.

Na próxima página segue o gráfico 12, com os dados sobre o tipo de vínculo empregatício que as(os) assistentes sociais mantêm com essas instituições empregadoras.

O principal tipo de vínculo empregatício das(os) assistentes sociais refere-se ao historicamente consolidado no serviço público – estatutário (55,68%), no entanto esse índice é menor do que aquele mostrado no gráfico anterior – relacionado às instituições públicas (78,16%). Conclui-se, portanto, que nem todas(os) as(os) profissionais que atuam em instituições de natureza pública mantêm vínculos efetivos/estatutários – normalmente decorrentes de concursos públicos –, o que pode ser visto nas demais variedades de vínculos não-estáveis.

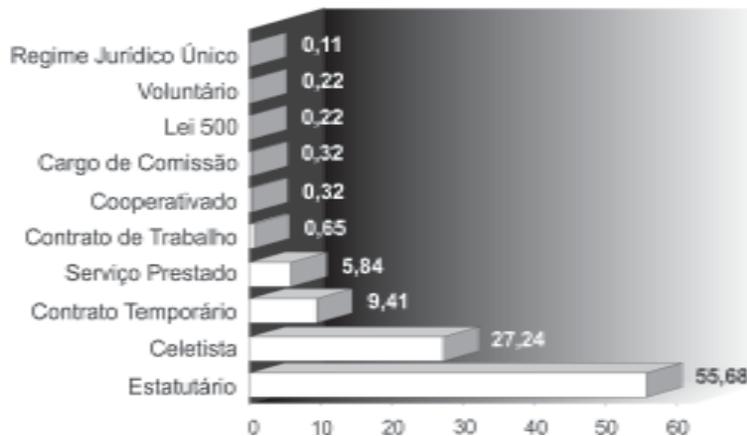
Ressalte-se que o vínculo estatutário prevalece em todas as regiões, mas com índices diferenciados em comparação ao resultado

² Em geral, patrocinada por fundações vinculadas às empresas privadas e que viabilizam a chamada “responsabilidade social”.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

nacional: superiores no Norte (69,09%) e no Sudeste (58,03%) e inferiores no Sul (55,46%), no Centro-oeste (50,88%) e no Nordeste (47,45%). Nesta última, têm-se algumas particularidades, pois a prevalência das instituições de natureza pública é contradita pelos menores índices do vínculo mais próprio a essa natureza (Estatutário, como 47,45%). No Nordeste 26,53% das(os) assistentes sociais possuem vínculos como celetistas, 12,24% como serviços prestados e 11,73% como contrato temporário. Assim, observa-se a precarização dos vínculos mesmo na esfera pública estatal.

GRÁFICO 12 - TIPO DO PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO



Dados de Maio/2004

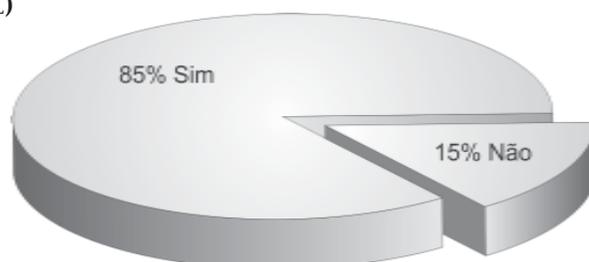
No cruzamento dos vínculos com a natureza institucional, observa-se que as instituições públicas municipais estão em segundo lugar em relação ao vínculo celetista, estando atrás apenas das instituições privadas, as quais, juntamente com as do Terceiro Setor, possuem mais esse tipo de vínculo. Há contratos temporários nas cinco principais naturezas institucionais, com destaque, mais uma vez, para as públicas municipais. O cargo de comissão não é significativo.

Num mercado de trabalho em permanente alteração, marcado pela reestruturação dos processos de produção na esfera privada e pela reforma administrativa na esfera pública, tem-se uma tendência às mudanças nas nomenclaturas dos cargos e funções exercidos pelos

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

profissionais, em que os cargos tendem a refletir muito mais as funções e competências exercidas do que a formação profissional original. No caso das(os) assistentes sociais, a pesquisa demonstra que essas mudanças ainda não são significativas, pois 85% dos informantes possuem o cargo de assistente social. A região Sul é a que apresenta o maior percentual (20,17%) de cargos que já não são mais de assistente social e a região Centro-oeste possui o menor índice (10,53%).

GRÁFICO 13 - NOMENCLATURA DO CARGO QUE OCUPA (ASSISTENTE SOCIAL)



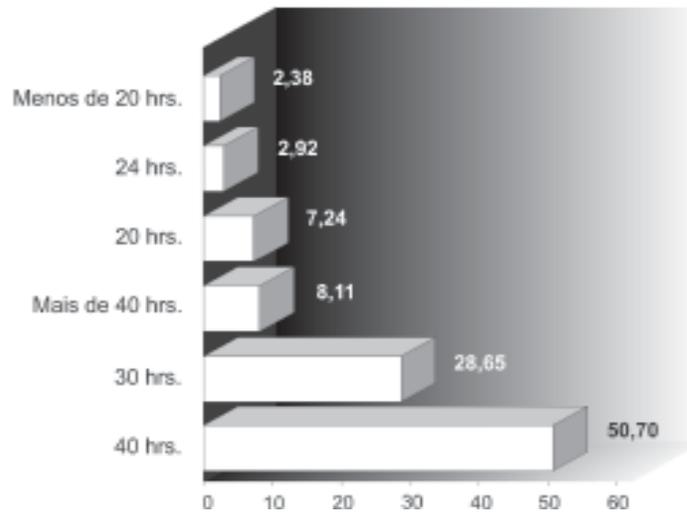
Dados de Maio/2004

Nos gráficos a seguir continua-se a exposição sobre os resultados obtidos na pesquisa acerca das relações de trabalho das(os) assistentes sociais inseridas(os) no mercado de trabalho da área do Serviço Social, em relação à carga horária e à renda profissional.

No nível nacional, vê-se uma clara prevalência da carga horária de 40 horas (50,70%), seguida pela de 30 horas (28,65%); no nível regional, apenas no Norte a de 30 horas se equipara com a de 40 horas (40% para cada). No Sul e no Sudeste é maior o contingente dos que trabalham 40 horas semanais, 63,03% e 55,82% respectivamente. Há um maior equilíbrio na distribuição das duas principais cargas horárias no Centro-oeste (38,60% e 35,09%) e no Nordeste (36,73% e 33,16%). Nesta região, o percentual das(os) que trabalham 20 horas (14,80%) está em terceiro lugar, é, portanto, maior do que a carga de mais de 40 horas. No nível nacional esta carga ocupa o terceiro lugar (8,00%), mas nas regiões Centro-oeste e Norte ela é mais incidente (19,30% e 16,36%, respectivamente). O Nordeste é a região com uma presença mais forte de cargas horárias menores, como a de 20 horas, a de 24 horas (6,12%) e a de menos de 20 horas (3,06%).

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

GRÁFICO 14 - CARGA HORÁRIA DE TRABALHO NO PRINCIPAL VÍNCULO



Dados de Maio/2004

Cruzando os resultados da carga horária de trabalho com a natureza institucional, pode-se perceber que a carga de 40 horas é mais incidente nas instituições públicas municipais e a de 30 horas nas estaduais, que também possui os maiores índices da carga de 24 horas. Nas instituições privadas – nas do Terceiro Setor e nas empresas – prevalece a carga de 40 horas; nas empresas estão os maiores índices de profissionais com carga horária superior a 40 horas.

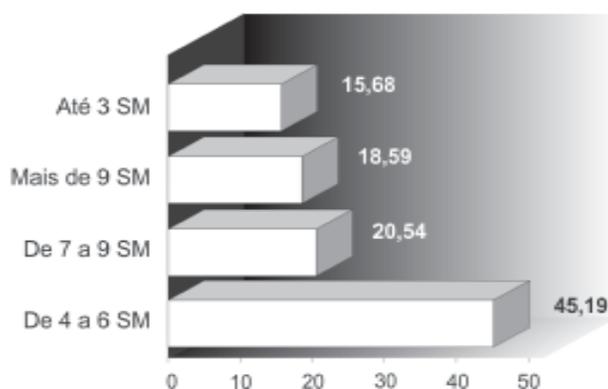
De acordo com o gráfico a seguir, o nível salarial das(os) assistentes sociais em salários-mínimos³ (SM) está demarcado no intervalo de R\$ 960,00 a R\$ 1.440,00 (para 45,19%), de R\$ 1.680,00 a R\$ 2160,00 (para 20,54%), de mais de R\$ 2.160,00 (para 18,59%) e de até R\$ 720,00 (para 15,68%). Em todas as regiões prevalece o salário entre 4 a 6 SM, sendo maior no Sul (51,26%) e menor no Nordeste (42,35%). A indicação dos salários mais baixos nessa região é reforçada pelos 27,55% de profissionais que recebem até 3 SM (em segundo lugar) e pelos 13,78% que recebem mais de 9 SM (quarto lugar). O Sul possui a

³ Na época da pesquisa – Maio de 2004 - o Salário Mínimo era de R\$ 240,00.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

melhor situação salarial – além do índice maior para o salário de 4 a 6 SM, estão em segundo lugar os que recebem mais de 9 SM (16,81%) e em terceiro lugar os que recebem de 7 a 9 SM (15,97%) –, seguido pelo Norte, onde 25,45% recebem mais de 9 SM e outros 25,45% recebem entre 7 a 9 SM.

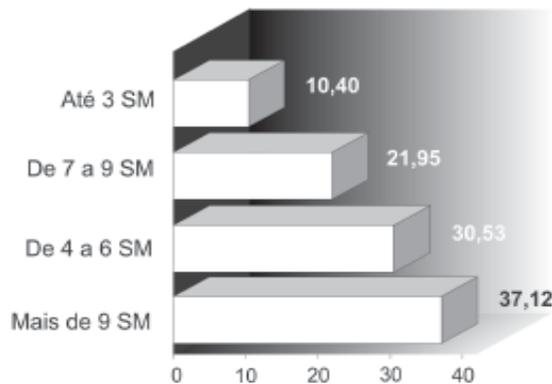
GRÁFICO 15 - RENDA TOTAL NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL



Dados de Maio/2004

A seguir pode-se inferir a relação entre a renda do assistente social na área de Serviço Social e a sua renda familiar.

GRÁFICO 16 - RENDA FAMILIAR DO ASSISTENTE SOCIAL



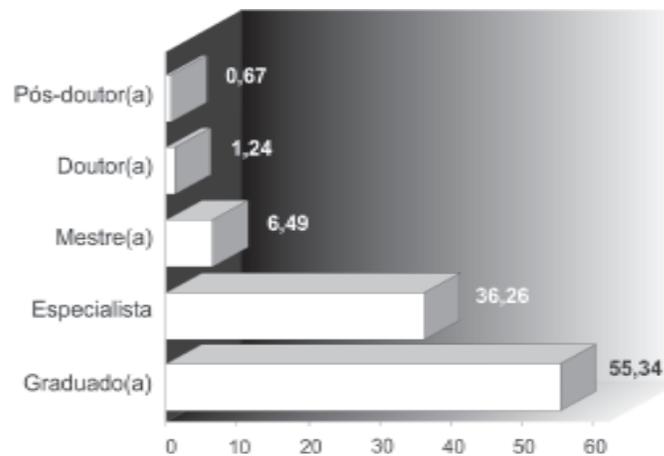
Dados de Maio/2004

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Pode-se perceber que a renda familiar da(o) assistente social é maior do que sua renda individual, pois prevalece a renda familiar de mais de nove salários mínimos (para 37,12%). Na distribuição regional, a renda familiar das(os) assistentes sociais é maior no Norte (50% com renda familiar de mais de 9 SM) e no Sul (39,10% com 9 SM) e menor no Centro-oeste, com a prevalência da renda familiar entre 7 a 9 SM (29,69%) seguida pela de 4 a 6 SM (com o mesmo percentual).

Complementando o perfil das relações de trabalho das(os) assistentes sociais, tem-se a formação atual dos profissionais, com os seguintes resultados:

GRÁFICO 17 – FORMAÇÃO/TITULAÇÃO



Dados de Maio/2004

Sobre a formação profissional atual das(os) assistentes sociais, observa-se que a maioria ainda não teve acesso à pós-graduação, já que 55,34% possuem apenas a graduação; seguem-se as(os) que são especialistas (36,26%) e as(os) que são mestras(es), doutoras(es) e pós-doutoras(es), com índices bem inferiores, mostrando-se que a pós-graduação *lato sensu* ainda é a mais acessível, embora para um pouco mais de 1/3 da categoria. Na distribuição regional, tem-se o Norte com mais especialistas (48,44%) do que graduadas(os) (35,94%), e com 9,38% de Mestras(es) e 6,25% de doutoras(es), apresentando,

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

portanto, os maiores índices de formação pós-graduada. Segue-se o Sul com o maior percentual de mestras(es) (12,03%) e o Nordeste com o segundo maior percentual de especialistas (40,64%). As(os) pós-doutoras(es) aparecem nas regiões Sudeste (6) e Centro-oeste (1). Em compensação, essa região apresenta o menor índice de Especialistas (29,69%) e de Mestras(es) (3,13%), tendo, portanto, o maior índice das(os) apenas graduadas(os) (65,63%).

Ao final da exposição dos dados sobre as relações de trabalho mantidas pelas(os) assistentes sociais brasileiras(os), podem-se identificar as seguintes tendências gerais: prevalece na categoria o estabelecimento de 1 vínculo empregatício, entretanto a ausência de vínculos aparece em segundo lugar, o que é um indicador de não-inserção no mercado de trabalho na área do Serviço Social. Dentre as(os) assistentes sociais inseridas(os) no mercado de trabalho da área do Serviço Social, prevalecem as que trabalham na mesma cidade em que residem. A pesquisa confirma a tendência histórica de inserção do Serviço Social na em instituições de natureza pública estatal, seguidas pelas instituições privadas, que empregam mais assistentes sociais do que as do Terceiro Setor. O principal tipo de vínculo empregatício das(os) assistentes sociais é o estatutário, no entanto esse índice é menor do que o relativo às instituições públicas, o que leva à conclusão de que nem todas(os) as(os) profissionais que atuam na esfera pública mantêm vínculos efetivos/estatutários.

Nas relações de trabalho das(os) assistentes sociais, prevalece a carga horária de 40 horas semanais de trabalho, seguida pela de 30 horas; as cargas horárias inferiores a 30 horas não são significativas; a carga de mais de 40 horas ocupa o terceiro lugar. As horas de trabalho das(os) assistentes sociais são remuneradas com a seguinte ordem de incidência de salários: 4 a 6 SM, 7 a 9 SM, mais de 9 SM e até 3 SM. Comparando-se a renda profissional com a renda familiar, percebe-se que esta é maior que o salário profissional: mais de 9 SM.

Quanto à formação profissional, a maioria das(os) profissionais ainda não teve acesso à pós-graduação, já que mais da metade possui apenas a graduação; seguem-se as(os) que são especialistas e as(os) que são mestras(es), doutoras(es) e pós-doutoras(es), com índices

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

bem inferiores, mostrando-se que a pós-graduação *lato sensu* ainda é a mais acessível, embora para um pouco mais de 1/3 da categoria.

Nesse perfil geral das relações de trabalho das(os) assistentes sociais, pode-se ainda analisar as principais tendências por região⁴.

Na região Centro-oeste, embora prevaleça as instituições públicas, há uma forte presença de empresas privadas dentre as instituições empregadoras da categoria profissional, sendo maior que as públicas federais, atrás apenas das públicas estaduais e municipais; as instituições do Terceiro Setor têm a mesma frequência que as públicas federais. Os profissionais se deslocam menos para outras cidades, talvez porque é baixo o índice de duplo vínculo (12,50%, contra 75% para os que possuem vínculo único) e também a natureza pública municipal é menor (28,81%) do que a estadual (33,33%), o que poderia explicar a ida desde a capital até outros municípios. Aqui aparece o menor índice de cargos que já não são mais de assistente social (10,53%). No tocante à carga horária de trabalho, há um maior equilíbrio na distribuição das duas principais cargas horárias (40 e 30 horas) e o maior índice da carga com mais de 40 horas – 19,30%, mesmo índice das(os) assistentes sociais que trabalham em empresas privadas. Os salários de 7 a 9 SM está em segundo lugar, seguido das(os) que recebem até 3 SM. Os que recebem mais de 9 SM ocupam o quarto lugar. Já a renda familiar das(os) assistentes sociais é a menor, com a prevalência da renda familiar entre 7 a 9 SM, seguida pela de 4 a 6 SM. O Centro-oeste apresenta o menor índice de Especialistas e de Mestres, tendo, portanto, o maior índice dos apenas graduados.

Na região Norte, apesar de prevalecer o vínculo único (65,63%), há uma presença forte do vínculo duplo (12,50%), mas também o maior percentual de não-inserção no mercado da área de Serviço Social (14,06%). Aqui está o maior índice de instituições públicas (96,36%, somando-se as instituições municipais, estaduais e federais), embora sejam pouco descentralizadas, com ênfase na estadual (primeiro lugar) e na esfera Federal (20%, maior índice nacional), supondo-se que muitos serviços sociais ainda são assumidos pelas

⁴ Os quadros com os dados completos por região estão no anexo desse texto.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

instituições dessa natureza. O mercado privado é insignificante, pois o Terceiro Setor não aparece e é baixo o índice das empresas privadas (só 1,82%). Profissionais se deslocam menos para outras cidades, talvez porque seja baixo o índice de duplo vínculo e também a natureza pública municipal é menor do que a estadual, o que poderia deslocar o profissional para outros municípios.

No Norte, o vínculo de contrato temporário vem em segundo lugar (20%), após o estatutário (69,09%), e a carga horária de trabalho de 30 horas se equipara com a de 40 horas (40% para cada uma). Isso pode explicar o número de profissionais com mais de um vínculo nessa região – 20,31%, proporcionalmente maior. Também aparece o maior índice da carga de trabalho com mais de 40 horas (16,36%), embora não haja altos índices das(os) que trabalham em empresas privadas e no Terceiro Setor. A Situação salarial é a segunda melhor em relação aos que recebem mais de 9 SM e entre 7 a 9 SM (25,45% para cada), talvez pelos índices das(os) que atuam nas públicas estaduais e federais, cujos salários são melhores do que em outras naturezas institucionais. A renda familiar das(os) assistentes sociais é a maior, com a prevalência da renda de mais de 9 SM. O Norte possui mais especialistas do que graduados, e a maior presença proporcional de mestras(es) e de doutoras(es), apresentando, portanto, os maiores índices de formação pós-graduada.

No Nordeste os índices das(os) que atuam em instituições públicas municipais são superiores aos nacionais (34%), sendo a região com o terceiro índice de instituições públicas (75%, somando-se as das três esferas) e o menor índice de vínculo estatutário (47,45%), apresentando maior variedade de vínculos precarizados. As(os) profissionais dessa região se deslocam mais para outras cidades, talvez pela prevalência das instituições municipais e pelo índice de duplo vínculo, que supera o da não-inserção (10,50%). Há um maior equilíbrio na distribuição das duas principais cargas horárias (40 horas com 36,73% e 30 horas com 33,16%); o percentual das(os) que trabalham 20 horas está em terceiro lugar (14,80%), portanto maior do que a carga de mais de 40 horas (6,12%). No Nordeste há uma maior incidência de cargas horárias menores (30 horas e 20 horas), assim como as de 24 horas e de menos de 20 horas. Note-se que aqui há prevalência do vínculo duplo

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

(13,70%), bem como de tipos de vínculos precarizados. O salário entre 4 a 6 SM é menor no Nordeste (42,35%), e a indicação dos salários mais baixos nessa região é reforçada pelos profissionais que recebem até 3 SM (27,55%, em segundo lugar) e pelos que recebem mais de 9 SM (13,78%, em quarto lugar). A região possui o segundo maior percentual de especialistas, mas isso não influencia na melhoria salarial, pois a região tem os piores indicadores salariais.

No Sul é baixa a incidência de vínculo duplo, pois a grande maioria possui só um vínculo (85,71%), portanto, com o maior percentual de inserção no mercado de trabalho. O Terceiro Setor tem a mesma frequência que a pública federal (11% cada). Os índices das públicas municipais são superiores aos nacionais. Apesar de ter o segundo índice de instituições públicas, o segundo lugar por vínculo empregatício é o celetista. Há uma forte presença da empresa privada, maior que a pública federal. A região Sul é a que apresenta o maior percentual de cargos que já não são mais de assistente social, talvez pela presença maior das empresas privadas, que já reestruturaram seus cargos. No Sul há um maior contingente das(os) que trabalham 40 horas semanais (63,03%) e os salários entre 4 a 6 SM (51,26%); sendo a melhor situação salarial – além do índice maior para o salário de 4 a 6 SM, estão em segundo lugar os que recebem mais de 9 SM (16,81%) e em terceiro lugar os que recebem de 7 a 9 SM (15,97%); a renda familiar das(os) assistentes sociais é maior, com a prevalência da renda de mais de 9 SM. No Sul há o maior percentual de mestras(es).

Sendo o Sudeste a região mais desenvolvida do país, os índices de instituições privadas são inferiores (12,05%) às de outras regiões (CO, Sul, NE); os índices das públicas municipais são superiores (47%) aos nacionais. As(os) profissionais do Sudeste se deslocam mais para outras cidades, talvez pela municipalização. É maior o contingente dos que trabalham 40h semanais (55,82%) e a distribuição de salários segue a tendência nacional, com destaque para o maior índice proporcional dos salários entre 7 a 9 SM (22,49%) e mais de 9 SM (20,48%). Os índices de até 3 SM são menores (12,45%). Apesar de haver muitas instituições de ensino da área de Serviço Social nessa região, os índices de formação de pós-graduação não são os maiores do país, prevalecendo a grande maioria dos profissionais só com a graduação.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Assim, pode-se ter uma visão geral das relações de trabalho das(os) assistentes sociais em nível nacional e de algumas das mais significativas particularidades regionais, detectadas pela pesquisa.

Nos itens posteriores, têm-se o perfil do conhecimento da legislação profissional e da participação política.

3- CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

Investigou-se também o conhecimento da categoria acerca da Legislação Profissional, englobando a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social e o Código de Ética da Profissão, bem como a Tabela Referencial de Honorários. Trata-se de uma legislação elaborada nos anos 1990 e que expressa a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social – resultante de um processo de lutas sociais e políticas ocorridas de forma mais intensa na década de 80. Os resultados foram os seguintes:

CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

	SIM	43,89	90,55	96,37	32,73	60,31
Legislação x Conhecimento		Diretrizes Curriculares	Lei de Regulamentação	Código de Ética	Tabela de Honorários	Legislação Respalda o Cotidiano
	NÃO	56,11	9,45	3,63	67,27	39,69

Dados de Maio/2004

A elaboração das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e com apoio das outras entidades da categoria – decorre de um amplo debate realizado pelas Unidades

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

de Ensino a partir de 1994, que culminou com sua aprovação em 1996. A partir daí vem ocorrendo, em todo o país, a revisão dos currículos de Serviço Social sob essas novas diretrizes, que aprofundam as bases do processo de revisão curricular de 1982, quando a formação profissional do assistente social rompeu com suas bases conservadoras, assumindo uma perspectiva histórico-crítica de profissão.

Os dados da pesquisa mostram que 56% das(os) profissionais ainda desconhecem as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social. Ao analisar esses dados por região, observa-se que nas regiões Norte e Sul a situação se diferencia com percentuais de 53,13% e 53,38%, respectivamente, de Assistentes Sociais que afirmam conhecer as diretrizes curriculares para o Serviço Social elaborada pela ABEPSS. Na região Nordeste o percentual de profissionais que desconhecem as diretrizes curriculares atinge 66,21%. Investigando as respostas a esse item, segundo a natureza da instituição em que atua a(o) assistente social, percebe-se que o desconhecimento das Diretrizes é maior nas instituições públicas estaduais (62,16%) e nas municipais (59,10%), e menor nas instituições públicas federais (50,81%).

A atual Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662, de 8 de junho de 1993 – dispõe sobre a profissão de Assistente Social, define suas competências e atribuições privativas, entre outros. É importante verificar que 90,55% das(os) assistentes sociais já leram a Lei de Regulamentação da Profissão, no entanto ainda há um percentual de 9,45% das(os) profissionais que a desconhecem – apesar dos 11 anos de sua promulgação. Comparativamente, as regiões Nordeste e Sudeste apresentam, respectivamente, índices de 10,96% e 11,09% de profissionais que não têm conhecimento sobre a referida lei, fato que merece uma atenção maior por parte das Unidades de Ensino e Conselhos Regionais de Serviço Social. A pesquisa indicou que as instituições privadas (empresas) apresentam um índice maior de profissionais que ainda não leram a Lei de Regulamentação da Profissão (13,82%).

O Código de Ética de 1993 é um marco na trajetória do Serviço Social no Brasil, pois, reafirmou os avanços contidos no Código de 1986, aperfeiçoando-o. Fruto de um processo coletivo de debates e

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

reflexões em meio à categoria de Assistentes Sociais, expressa uma nova direção ético-político-profissional. No tocante ao conhecimento da categoria acerca do Código de Ética, o índice de conhecimento é ainda maior do que os relativos aos documentos anteriores: 96,37%. Dentre as regiões, destaca-se o Norte, onde 100% das(os) entrevistadas(os) já leram este documento. Na distribuição por natureza da instituição, nas instituições públicas federais é maior o percentual de profissionais que não leram o Código (4,92%) e nas públicas municipais é o menor (4,48%)

No que se refere à Tabela Referencial de Honorários – elaborada pelo CFESS em 2001, a qual estabelece parâmetros para prestação de serviços profissionais da(o) assistente social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, observa-se que: 67% das(os) assistentes sociais ainda desconhecem a tabela referencial de honorários, fato que indica a necessidade de uma maior divulgação entre a categoria. Quando comparamos os dados por região, observa-se que nas regiões Norte e Centro-oeste há um maior conhecimento dessa tabela: 68,75% e 51,56% das(os) profissionais, respectivamente, conhecem a tabela referencial de honorários. No comparativo com a natureza institucional, o desconhecimento da tabela é maior entre as(os) profissionais das instituições públicas municipais (74%).

Os instrumentos legais da profissão (Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão) têm um papel jurídico e político e contribuem para a defesa do Serviço Social como profissão e para a qualidade dos serviços prestados aos usuários, além de nortear a prática profissional da(o) assistente social. Em relação à opinião da categoria sobre o fato de a legislação respaldar o cotidiano do trabalho profissional, nesta pesquisa, a análise dos resultados permite inferir que a maioria das(os) profissionais considera que a legislação respalda o cotidiano do trabalho profissional (60,31%), mas destaca-se o percentual de 39,69% dos que discordam dessa opinião. Sobretudo, nos dados por região identificam-se situações bem diferenciadas: nas regiões Norte e Sul os índices de assistentes sociais que possuem a opinião de que a legislação não respalda o cotidiano do trabalho profissional caem para 10,94% e 24,06%, ao contrário da região Centro-oeste e Sudeste, que apresentam valores de 50,0% e

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

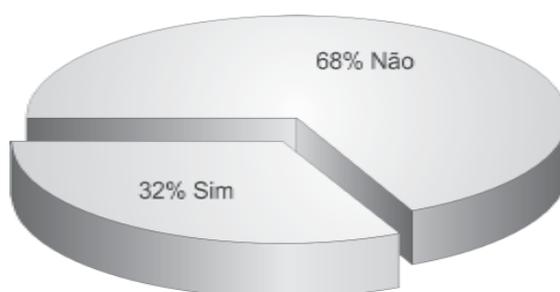
46,65% respectivamente, das(os) que não se sentem respaldadas(os) pela legislação profissional. Quanto à natureza da instituição, destacam-se as(os) profissionais das instituições públicas municipais (44,06%) e das instituições privadas (43,90%), os quais consideram que a legislação profissional não respalda o cotidiano profissional.

4 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O quarto bloco explorado nesta pesquisa aborda os indicadores referentes à: participação em alguma atividade política, o tipo de movimento, a frequência, situação/posição ocupada nos movimentos e a participação em conselhos de direitos ou de políticas sociais.

Sobre a participação das(os) assistentes sociais em atividade política, têm-se os seguintes dados:

GRÁFICO 19 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (EM ATIVIDADE)



Dados de Maio/2004

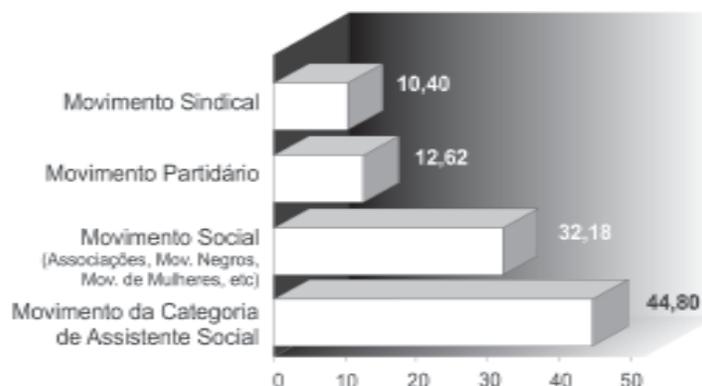
Em relação à participação em atividade política é possível perceber que as(os) assistentes sociais ainda não fazem intervenções tão significativas nos processos políticos decisórios, apesar de viverem a construção da democracia e o alargamento do “controle social”, pois a participação em atividade política possibilita a conquista, a instalação de regras democráticas, a autopromoção humana, enfim, a

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

cidadania. O fato é que somente 32% das(os) entrevistadas(os) participam de atividade política. Dentre as particularidades regionais destaca-se que, proporcionalmente, a região Centro-oeste é a que apresenta maior participação das(os) assistentes sociais em atividade política (46,88%). Já a região Sudeste encontra-se com um menor percentual, ou seja, apenas 25,18% destes profissionais participam de atividades políticas.

Os dados a seguir mostram detalhes sobre a participação das(os) assistentes sociais em movimentos organizados da sociedade.

GRÁFICO 20 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (TIPO DE MOVIMENTO)



Dados de Maio/2004

É importante frisar que dentre os 32% que participam das atividades políticas, as(os) assistentes sociais estão distribuídos nos movimentos sociais da seguinte forma¹: 44,80% estão participando do movimento da categoria de assistente social², entretanto, apenas 10,40% participando em movimento sindical. Ao observar o resultado desta pesquisa convém lembrar todo esforço e empreendimento realizado

¹ Nessa questão foi possível a resposta múltipla.

² Convém recordar que a aplicação dos formulários desta pesquisa aconteceu durante um dos encontros mais divulgados no Brasil pela categoria profissional "15 de maio Dia do Assistente Social".

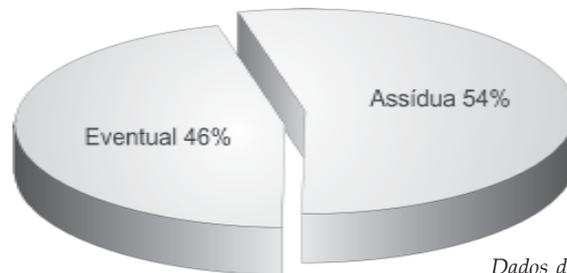
ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

pelo sistema capitalista nas últimas décadas do século XX, no sentido de fragmentar e de enfraquecer, ou mesmo de destruir os sindicatos.³

Os dados regionais mostram que dentre as(os) assistentes sociais que participam dos movimentos, independentemente da região brasileira, predomina a participação no movimento da categoria profissional (52,54% no Sul; 47,52% no Nordeste; 45,71% no Centro-oeste; 41,95% no Sudeste e 37,14% no Norte). Nesta última – com a menor participação no movimento da categoria – também é significativa a participação das(os) profissionais nos movimentos sociais (37,14%). Nas outras regiões os índices acompanham a tendência geral. Destaca-se, ainda, que a participação no movimento sindical e no movimento partidário é pouco expressiva, especialmente na região Sul em relação ao primeiro (6,78%) e na região Nordeste em relação ao segundo.

Sabe-se que no Estado brasileiro, o sindicalismo vem gradualmente perdendo terreno, com ênfase no sindicalismo por setores/áreas de trabalho, a exemplo: sindicato dos servidores da saúde, da educação, etc. A participação das(os) assistentes sociais no movimento partidário é maior no Sudeste (15,52%) e no Norte (14,29%). Este fato comprova que a fragmentação do movimento sindical no Brasil atingiu os profissionais em Serviço Social, embora a participação destas(es) direcionada ao movimento da categoria continue forte em várias regiões do país.

GRÁFICO 21 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS)



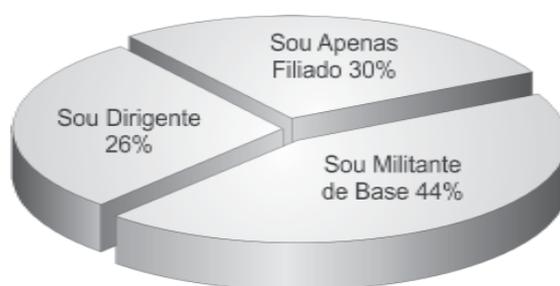
Dados de Maio/2004

³ No Brasil temos apenas 6 sindicatos dos assistentes sociais: um em Alagoas, um no Ceará, um no Rio de Janeiro, dois no Rio Grande do Sul e um em São Paulo, sendo que neste último, o sindicato possui apenas 1 ano de existência.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Quanto à frequência nos movimentos, pode-se verificar que 54,08% informaram serem assíduas(os), e 45,92% classificam sua frequência como eventual. Ao tratar da frequência, observa-se que, mesmo entre aquelas(es) que afirmam a sua participação em atividades políticas, há um percentual bastante expressivo no que se refere a uma movimentação incerta. Das cinco regiões do Estado brasileiro, em quatro as(os) profissionais afirmam ter uma frequência assídua nos movimentos que participam (Centro-oeste, Sul, Nordeste e Sudeste); a região Norte indicou uma frequência eventual com 51,72%. Entretanto, cabe recordar a predominância da participação das(os) assistentes sociais no movimento da categoria profissional.

GRÁFICO 22 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: SITUAÇÃO JUNTO AO MOVIMENTO



Dados de Maio/2004

No tocante a sua situação/posição junto a tais movimentos, constata-se que 43,81% se consideram militante de base, e 25,98% declararam ser dirigentes. Das cinco regiões que compõe o Brasil, quatro apresentaram como maior índice a militância de base, ou seja, 80% das(os) que informaram participar dos movimentos, asseveraram ser militante de base (região Norte, 44,83%; Sul, 45,10%; Nordeste, 52,56% e Sudeste, 39,16%). Como se vê, das quatro regiões acima, a maior participação como militante de base é a do Nordeste. A região Centro-oeste apresenta uma diferenciação das demais, pois quanto a sua situação/posição 40% das(os) assistentes sociais desta região revelam ser apenas filiadas(os).

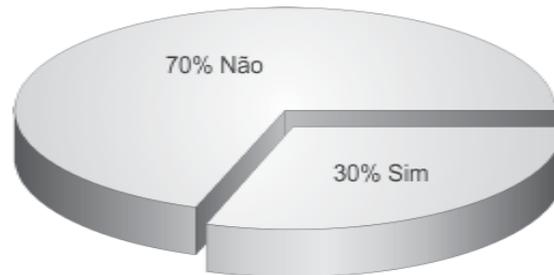
ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Das cinco regiões brasileiras, três apresentam um menor índice quanto à situação/posição de direção (região Centro-oeste, 20% Norte, 24,14% ; Sudeste, 27, 27%); ou seja, tem-se 60% das(os) assistentes sociais brasileiras(os) entrevistadas(os) nas regiões apresentadas acima informando a sua menor posição como dirigentes. As regiões Sul e Nordeste indicam ter uma menor posição quanto à filiação, isto é, na região Sul tem-se 27,45% apresentando-se com *apenas filiado*; na região Nordeste, este número cai para 21,79%.

Assim, torna-se relevante evidenciar nesta análise comparativa que há uma inversão de posição entre as regiões Sul e Nordeste com a região Centro-oeste, pois as mesmas apresentam baixos percentuais quanto à filiação. No entanto, a região Centro-oeste possui um maior percentual quanto à filiação, alcançando 40% das(os) entrevistadas(os).

Com base nos indicadores e percentuais apresentados pode-se inferir que a assiduidade está diretamente vinculada à situação/posição junto a esses movimentos, onde, como se vê, destaca-se a militância de base.

GRÁFICO 23 - PARTICIPAÇÃO EM CONSELHO DE DIREITO OU DE POLÍTICA SOCIAL



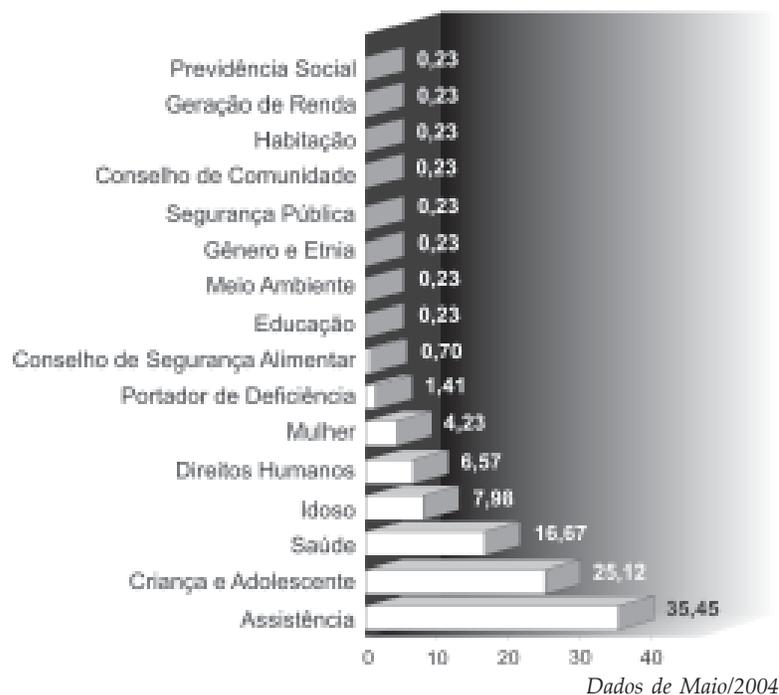
Dados de Maio/2004

Em relação à participação em conselho de direitos ou de políticas sociais, é possível perceber que esta prática ainda não está disseminada, apesar da expansão do “controle social” das políticas públicas e das diversas possibilidades de as(os) assistentes sociais participarem desses conselhos: sejam como representantes governamentais,

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

sejam representando os profissionais, ou como assessores. A pesquisa obteve o seguinte resultado: 69,56% das(os) entrevistadas(os) nos encontros afirmam a não-participação em conselhos, enquanto que 30,44% informam que participam. No comparativo regional a maior participação concentra-se na região Centro-oeste do Brasil, ou melhor, tem-se 39,06% das(os) assistentes sociais nesta região atuantes nos conselhos. A região Sudeste, por sua vez, é a que apresenta uma menor participação, atingindo 28,70% das(os) assistentes sociais entrevistadas(os).

GRÁFICO 24 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (ÁREA DO CONSELHO)



Em linhas gerais, observa-se que desses 30,44% das(os) assistentes sociais que participam dos conselhos de direitos ou de políticas sociais, têm-se 35,45% que estão predominantemente ligados às atividades dos conselhos e ou políticas de assistência, em detrimento

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

de 0,23% que participam na área de previdência social. Vale lembrar que a área de previdência é a que menos se destaca com relação à atuação em conselhos.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 mudou a forma de gestão das políticas sociais, uma vez que suas disposições normativas passam a reconhecer os municípios como entes federados autônomos; apontam para a reforma do Estado, considerada como indispensável à construção de uma sociedade mais participativa e eficiente democraticamente; e para a necessidade de adoção, pelo setor público, de uma prática gerencial voltada ao fortalecimento da administração pública.

Neste sentido a participação da(o) assistente social nos conselhos de direitos ou de políticas sociais indica o exercício do “controle social”, o que implica o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política, do plano da política e dos recursos financeiros destinados à sua implementação. Entende-se como uma das formas de exercício desse controle o zelo pela ampliação e qualidade da rede de serviços para todos destinatários da política. No entanto, não podemos asseverar que esta participação se dá puramente no nível profissional, haja vista que os indicadores revelaram uma parte substantiva dos assistentes sociais considerando-se militantes de base nos movimentos que participam. Por *militância de base* entende-se aquele profissional que se encontra engajado na luta por uma causa, uma idéia, um partido, e mais, aquele que adere, sem restrições, a uma organização política, sindical entre outras; aquele que participa intensamente da vida de uma organização social. Esta participação, portanto, tanto pode acontecer por vinculação profissional como por desejo individual; ambas têm abertura no texto Constitucional de 1988.

Sabe-se que a Seguridade Social brasileira tem em seu tripé as políticas de assistência social, saúde e previdência. As políticas sociais são setoriais e voltadas para o universo da população; apesar disso, é também notório que cada uma dessas políticas em sua constituição/estruturação apresentam diferenciações.

Segundo os dados coletados nesta pesquisa, observa-se que uma parte significativa destes profissionais participa dos Conselhos de

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Assistência Social. Os Conselhos de Assistência Social são instâncias de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Sua organização, composição, e competência são fixadas em lei, possibilitando a gestão democrática da política e o exercício do controle social. A composição do Conselho de Assistência Social conta com representantes: 50% representantes da sociedade civil (instituições que prestam atendimento na área da assistência social, organizações de usuários e organizações de profissionais) e 50% de representantes do poder público (que atuam direta ou indiretamente na assistência social⁴).

No tocante aos Conselhos de Previdência Social, os dados desta pesquisa revelaram uma baixa participação dos profissionais nesta política. O Decreto de nº 3.048, de 06 de maio de 1999, sofre um acréscimo em 11 de novembro de 2003, através do Decreto de nº 487. Passa a vigorar artigo nº 296-A, que diz respeito ao Regulamento da Previdência Social, ficando instituídos, como unidades descentralizadas do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, os Conselhos de Previdência Social – CPS, que funcionarão junto às Gerências Executivas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou, na hipótese de haver mais de uma gerência no mesmo município, junto às Superintendências Regionais. Em seu 1º inciso, a regulamentação se refere à composição dos CPS, que serão compostos por dez conselheiros e respectivos suplentes, assim distribuídos: quatro representantes do governo federal; e seis representantes da sociedade, sendo: dois dos empregados e quatro dos aposentados e pensionistas.

Os CPS terão caráter consultivo e de assessoramento, competindo ao CNPS disciplinar os procedimentos para seu funcionamento, suas competências, os critérios de seleção dos representantes da sociedade e o prazo de duração dos respectivos mandatos, além de estipular por resolução o regimento dos CPS. O inciso 6º versa sobre as funções dos Conselheiros do CPS que não serão remunerados, cujo exercício será considerado serviço público relevante; o 7º inciso informa que a Previdência Social não se responsabilizará por even-

⁴ Ver a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Norma Operacional Básica (NOB/99); Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

tuais despesas com deslocamento ou estadia dos conselheiros representantes da sociedade.

Conforme o exposto, há diferenças entre os conselhos, tanto no que diz respeito às suas competências quanto à estrutura/composição dos mesmos. Os conselhos da política de assistência social apresentam uma condição de continuidade e de capacidade de resolução que carece de aprovação das pessoas envolvidas, enquanto que os de previdência social são consultivos, emite parecer sem voto, sem deliberação da corporação. Assim, esse conjunto de pessoas serve tão-somente para desenvolver atividades que visam promover o estabelecimento do relacionamento entre os organismos envolvidos. Portanto, não resta dúvida que os conselhos de assistência social buscam o fortalecimento da democracia e do exercício de controle da sociedade para com o Estado; já os conselhos previdenciários estão em consonância com a política de privatização proposta pelo neoliberalismo.

Além dos destaques relativos ao conselho mais incidente (assistência social) e o menos incidente (previdência social), cabe destacar que a prevalência dos conselhos de criança e adolescente, de saúde e do idoso reflete a atuação histórica das(os) assistentes sociais nessas políticas. Ressalta-se a presença dos conselhos de direitos humanos, recentemente incentivados pelas novas políticas nessa área. Destacam-se, ainda, os conselhos da mulher e dos portadores de deficiência; os demais conselhos apresentam índices pouco significativos.

Observa-se que a região Centro-oeste tem uma maior participação das(os) assistentes sociais nos conselhos. Nesta região destaca-se a participação da(o) referida(o) profissional no Conselho da Criança e do Adolescente, com percentual de 35, 29%. Nas demais regiões brasileiras, inclusive o Sudeste, região que proporcionalmente tem uma participação menor, tal participação direciona-se aos Conselhos de Assistência Social. Vale ressaltar que, apesar de a região Sudeste apresentar uma menor participação, é nela em que se encontra uma maior variedade de conselhos, tais como: Conselho de Segurança Pública; Conselho de Comunidade; Geração de Renda; Previdência Social e Habitação; além dos outros que forma mencionados nas demais regiões. É relevante apontar que, em todas as regiões brasileiras foi referida a presença do Conselho da Criança e do Adolescente;

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

de Assistência Social; de Saúde; de Direitos Humanos e da Mulher. As(os) assistentes sociais das regiões Nordeste, Sul e Sudeste informaram que participam dos Conselhos de Portadores de Deficiência; já nas regiões Norte, Sul e Sudeste, as(os) assistentes sociais têm em comum a participação nos Conselhos de Segurança Alimentar. A região Nordeste foi à única que indicou a presença da(o) assistente social no Conselho de Educação. É importante evidenciar que a referida região, além de ter indicado o Conselho de Mulher, apresentou também, de forma diferenciada, a participação do assistente social nas instâncias políticas de defesa de direitos nas áreas de Gênero e Etnia.

O cruzamento dos dados possibilitou perceber que a maior participação das(os) assistentes sociais se verifica nos Conselhos de Assistência no nível municipal (57,66%); em seguida aparecem os conselhos ligados às instituições públicas estaduais (15,33%) e, por fim, os das públicas federais (7,33%).

Das 15 áreas em que a(o) assistente social tem participação a natureza institucional que concentra uma maior expressão/participação de assistentes sociais, totalizando 12 áreas, a pública municipal, assim distribuída: Conselhos ou Políticas de Direitos Humanos; de Saúde; de Assistência; do Idoso; da Mulher; da Criança e do Adolescente; da Educação; de Gênero e Etnia; do Portador de Deficiência; da Geração de Renda; da Habitação e da Segurança Pública. Encontram-se duas áreas de natureza Público Federal nas quais as(os) assistentes sociais participam, são elas: a da Previdência Social e a de Segurança Alimentar. Apenas uma participação em Conselho de Comunidade foi constatada, realizando-se na esfera pública municipal. Esses dados demonstram a expansão do processo de descentralização político-administrativo no nível municipal. Neste sentido, tem-se o indicativo de que a municipalização vem possibilitando a abertura de novas potencialidades profissionais nos municípios brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o perfil profissional do assistente social no Brasil captou dados e informações sobre essa categoria profissional em todo o Brasil⁵, o que pode revelar muitos aspectos significativos a respeito daqueles que fazem o Serviço Social neste país. Em termos gerais, sobrepõe-se a profissional do sexo feminino, com idade entre 35 a 44 anos, católica praticante, que se autodeclara branca, heterossexual e casada e, predominantemente, sem filhos ou com uma prole de dois filhos.

Quanto às relações de trabalho, verifica-se que prevalece na categoria o estabelecimento de um vínculo empregatício, embora a ausência de vínculos apareça em segundo lugar, o que é um indicador de não-inserção no mercado de trabalho na área do Serviço Social. Dentre as(os) assistentes sociais inseridas(os) no mercado de trabalho da área do Serviço Social, prevalecem as(os) que trabalham na mesma cidade em que residem. A pesquisa confirma a tendência histórica de inserção do Serviço Social em instituições de natureza pública estatal, seguidas pelas instituições privadas, que empregam mais as(os) assistentes sociais do que as do Terceiro Setor. O principal tipo de vínculo empregatício das(os) assistentes sociais é o estatutário, no entanto esse índice é menor do que o relativo às instituições públicas. Conclui-se, portanto, que nem todas(os) as(os) profissionais que atuam na esfera pública mantêm vínculos efetivos/estatutários.

⁵ Exceto no Acre, cuja Delegacia não enviou à coordenação técnica o questionário relativo a sua amostra.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Nas relações de trabalho das(os) assistentes sociais, prevalece a carga horária de 40 horas semanais de trabalho, seguida pela de 30 horas; as cargas horárias inferiores a 30 horas não são significativas; a carga de mais de 40 horas ocupa o terceiro lugar. As horas de trabalho das(os) assistentes sociais são remuneradas com a seguinte ordem de incidência de salários: 4 a 6 salários mínimos (SM), 7 a 9 SM, mais de 9 SM e até 3 SM. Comparando-se a renda profissional com a renda familiar, percebe-se que esta é maior que o salário profissional: mais de 9 SM.

Quanto à formação profissional, a maioria das(os) profissionais ainda não teve acesso à pós-graduação, já que mais da metade possui apenas a graduação; seguem-se as(os) que são especialistas e as(os) que são mestras(es), doutoras(es) e pós-doutoras(es), com índices bem inferiores, mostrando que a pós-graduação *lato sensu* ainda é a mais acessível, embora para um pouco mais de 1/3 da categoria. Em relação ao conhecimento da Legislação Profissional, tem-se a seguinte distribuição por ordem decrescente de conhecimento, por parte dos profissionais: Código de Ética do Assistente Social, Lei de Regulação da Profissão, Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social e Tabela de Honorários Profissionais.

Por fim, investigou-se a participação política das(os) assistentes sociais, chegando-se a resultados ainda baixos de participação, com predominância – dentre os que participam – do movimento da categoria profissional, seguido dos movimentos sociais; dos que participam politicamente, há assiduidade, com prevalência da condição de militante de base. A participação em conselhos de direitos e de políticas sociais também é baixa, com a maior incidência, dentre os que participam, dos conselhos de assistência, criança e adolescente e de saúde.

Ao longo da exposição podem-se verificar algumas particularidades regionais, mas que não comprometem o perfil geral, pois a metodologia da pesquisa permitiu captar os dados com a proporcionalidade necessária à distribuição quantitativa das(os) assistentes sociais por região.

Espera-se que os resultados aqui apresentados possam ser explorados em outras pesquisas que revelem mais sobre a categoria das(os) assistentes sociais no Brasil.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

ANEXO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ESTADO

Região	Inscritos Registro Ativo*	Amostra
1ª Região (PA)	1.931	33
2ª Região (MA)	1.034	18
3ª Região (CE)	1.798	31
4ª Região (PE)	1.709	29
5ª Região (BA)	2.677	46
6ª Região (MG)	4.278	74
7ª Região (RJ)	7.891	136
8ª Região (DF)	800	14
9ª Região (SP)	19.689	338
10ª Região (RS)	2.859	49
11ª Região (PR)	2.872	49
12ª Região (SC)	2.061	35
13ª Região (PB)	1.671	29
14ª Região (RN)	1.341	23
15ª Região (AM)	1.135	19
16ª Região (AL)	985	17
17ª Região (ES)	1.191	20
18ª Região (SE)	800	14
19ª Região (GO)	1.199	21
20ª Região (MT)	823	14
21ª Região (MS)	862	15
22ª Região (PI)	722	12
23ª Região (RO)	259	4
24ª Região (AP)	201	3
Del. Roraima	113	2
Del. Tocantins	197	3
Del. Acre	56	1
Total	61.151	1.049

*Dados CFESS Junho de 2003

Nível de confiança: 95% Margem de erro: +/- 3%

Obs. do estatístico: A amostra necessitou ter um tamanho normalmente acima do utilizado em pesquisas sociais, devido à necessidade de aplicação em todas as regiões. O tamanho das populações regionais ou sub-populações não é uniforme e uma amostra menor excluiria algumas regiões. O tamanho da amostra permitiu uma margem de erro menor.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO

PERFIL PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL

Caro entrevistado(a), antecipadamente agradecemos a sua atenção! O conjunto CFESS/CRESS convida você a contribuir com a Pesquisa: Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil.

Para garantir a credibilidade do resultado da pesquisa, entendemos que suas respostas são verdadeiras.

Observações:

- Note que apenas as questões 24 e 28 admitem mais de uma resposta.

- Note que as questões (3,5,6,11,12,24 e 28) disponibilizam espaço em branco, para você preencher, caso a sua resposta não apareça como alternativa para ser assinalada.

- Solicitamos que todo o questionário seja respondido

Recomendamos:

Assinalar com um (x), visível e sem esconder os códigos, no quadradinho para facilitar o trabalho de tabulação.

1 - SEXO

- MASCULINO - FEMININO

2 - IDADE

- 20 a 24 - 25 a 34 - 35 a 44 - 45 a 59 - 60 E MAIS

3 - QUAL A SUA RELIGIÃO?

- NENHUMA - CATÓLICA - PROTESTANTE - UMBANDA

Escreva o nome da sua RELIGIÃO caso NÃO SEJA uma das alternativas

SE NA 3ª RESPOSTA É NENHUMA PULAR PARA A 5

4 - VOCÊ É PRATICANTE NESSA RELIGIÃO?

- SIM - NÃO

5 - QUAL A SUA PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL?

- BRANCA - PRETA/NEGRA

Escreva o nome da sua PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL caso NÃO SEJA uma das alternativas

6 - QUAL A SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

- HETERO - HOMO - BISSEXUAL

Escreva o nome da sua ORIENTAÇÃO SEXUAL Caso NÃO SEJA uma das alternativas

7 - QUAL A SUA SITUAÇÃO CONJUGAL DE FATO?

- CASADO(A) - SOLTEIRO(A)

8 - QUANTOS FILHOS VOCÊ TEM?

- NENHUM - UM - DOIS - TRÊS OU MAIS

9 - QUAL A SUA RENDA FAMILIAR (Em Salários Mínimos)?

- ATÉ 3 S/M - DE 4 A 6 S/M - DE 7 A 9 S/M - MAIS DE 9 S/M

10 - QUANTOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS, NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL, VOCÊ POSSUI?

- NENHUM - UM - DOIS - TRÊS OU MAIS

11 - QUAL O TIPO DO SEU PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO?

Entende-se por PRINCIPAL o vínculo empregatício que seja mais estável e/ou o de maior carga horária

- ESTATUTÁRIO - CELETISTA - SERV. PRESTADO - CONTRATO TEMPORÁRIO

Escreva o nome do TIPO do seu PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO caso NÃO SEJA um das alternativas

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

12 - QUAL A NATUREZA DA INSTITUIÇÃO DO SEU PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO?

- PUBL. FEDERAL - PUBL. ESTADUAL - PUBL. MUNICIPAL
 - PRIVADA - TERCEIRO SETOR

13 - QUAL A SUA RENDA TOTAL NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL?

- ATÉ 3 SM - DE 4 A 6 SM - DE 7 A 9 SM - MAIS DE 9 SM

14 - QUAL A SUA CARGA HORÁRIA NO PRINCIPAL VÍNCULO?

- MENOS DE 20H - 20H - 24H - 30H - 40H - MAIS DE 40H

15 - O CARGO QUE VOCÊ OCUPA TEM A NOMENCLATURA DE ASSISTENTE SOCIAL?

- SIM - NÃO

16 - VOCÊ TRABALHA NA MESMA CIDADE EM QUE RESIDE?

- SIM - NÃO

17 - A SUA ATUAL FORMAÇÃO É?

- GRADUADO(A) - MESTRE(A) - ESPECIALISTA
 - DOUTOR(A) - PÓS-DOUTOR(A)

18 - VOCÊ CONHECE AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O SERVIÇO SOCIAL ELABORADA PELA ABEPSS?

- SIM - NÃO

19 - VOCÊ JÁ LEU A LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO (Nº 8662/93)?

- SIM - NÃO

20 - VOCÊ JÁ LEU O CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993?

- SIM - NÃO

21 - VOCÊ CONHECE A TABELA REFERENCIAL DE HONORÁRIOS ELABORADA PELO CFESS EM 2001?

- SIM - NÃO

22 - NA SUA OPINIÃO A LEGISLAÇÃO RESPALDA O COTIDIANO DO TRABALHO PROFISSIONAL?

- SIM - NÃO

23 - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE POLÍTICA?

- SIM - NÃO

SE A RESPOSTA É NEGATIVA PULAR PARA A 27

24 - EM QUAL DESSES MOVIMENTOS VOCÊ PARTICIPA?(RM)

- MOVIMENTO DA CATEGORIA DE ASSISTENTE SOCIAL
 - MOVIMENTO SINDICAL
 - MOVIMENTO SOCIAL (ASSOCIAÇÕES, MOV. NEGRO, MOV. DE MULHERES, ETC)
 - MOVIMENTO PARTIDÁRIO

25 - QUAL A SUA FREQUÊNCIA NESSE MOVIMENTO?

- ASSÍDUA - EVENTUAL

26 - QUAL A SUA SITUAÇÃO JUNTO A ESSE MOVIMENTO?

- SOU DIRIGENTE - SOU MILITANTE DE BASE - SOU APENAS FILIADO

27 - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM CONSELHO DE DIREITOS OU DE POLÍTICAS SOCIAIS?

- SIM - NÃO

SE A RESPOSTA É NEGATIVA ASSINALE E PARE DE RESPONDER

28 - EM QUAL(IS) ÁREA(S)?(RM)

- DIREITOS HUMANOS - ASSISTÊNCIA - SAÚDE
 - IDOSO - MULHER - CRIANÇA E ADOLESCENTE

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

ANEXO 3
 QUADROS COM OS RESULTADOS DOS INDICADORES DISTRIBUÍDOS POR REGIÃO
 1 - PERFIL GERAL DO ASSISTENTE SOCIAL – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

1 - SEXO											
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste		
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	
Feminino	61	95	62	97	132	99	213	97	552	252	
Masculino	3	5	2	3	1	1	6	3	16	7	
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100	

2 - IDADE											
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste		
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	
20 a 24	2	3	-	-	16	12	5	2	29	5	
25 a 34	15	23	16	25	36	27	77	35	174	31	
35 a 44	29	45	25	39	49	37	86	39	206	36	
45 a 59	15	23	18	28	32	24	48	22	152	27	
60 e mais	3	5	5	8	-	-	3	1	7	1	
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100	

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

Regiões	3 - QUAL A SUA RELIGIÃO ?												
	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste				
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP			
Opções													
Nenhuma	6	9,38	6	9,38	18	13,53	16	7,31	37	6,51			
Católica	43	67,19	42	65,63	91	68,42	147	67,12	386	67,96			
Protestante	11	17,19	10	15,63	15	11,28	26	11,87	71	12,50			
Umbanda	-	-	-	-	2	1,50	1	0,46	4	0,70			
Espírita Kardecista	4	6,25	4	6,25	7	5,26	26	11,87	62	10,92			
Cristão	-	-	-	-	-	-	1	0,46	3	0,53			
Budismo	-	-	1	1,56	-	-	1	0,46	2	0,35			
Mórmon	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,18			
Ecumênico	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,18			
Seicho-No-He	-	-	1	1,56	-	-	-	-	1	0,18			
Messiânica	-	-	-	-	-	-	1	0,46	-	-			
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100			

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

4 - VOCÊ É PRATICANTE NESTA RELIGIÃO?*										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Opções										
Sim	50	86,21	43	74,14	80	69,57	143	70,44	418	78,72
Não	8	13,79	15	25,86	35	30,43	60	29,56	113	21,28
Nenhuma	6	9,38	6	9,38	18	13,53	16	7,31	37	6,51
Total	58	100	58	100	115	100	203	100	531	100

* Exceto para os que responderam não possuir nenhuma religião.

5 - QUAL A SUA PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL?										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Opções										
Branca	39	60,94	30	46,88	124	93,23	111	50,68	452	79,58
Preta/Negra	16	25,00	24	37,50	7	5,26	72	32,88	94	16,55
Parda	7	10,94	4	6,25	1	0,75	21	9,59	9	1,58
Morena	1	1,56	2	3,13	1	0,75	3	1,37	4	0,70
Mulata	-	-	2	3,13	-	-	2	0,91	-	-
Afro-Descendente	-	-	-	-	-	-	1	0,46	-	-
Japonesa Branca	1	1,56	-	-	-	-	-	-	-	-
Amarela	-	-	1	1,56	-	-	-	-	3	0,53

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

▼ Continua na próxima página

▼ Continuação da página anterior

Regiões	5 - QUAL A SUA PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL?									
	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
Opções	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Índio	-	-	-	-	-	-	4	1,83	-	-
Mestiça	-	-	-	-	-	-	4	1,83	5	0,88
Caboclo	-	-	1	1,56	-	-	1	0,46	-	-
Brasileis	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,18
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Regiões	6 - QUAL A SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?									
	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
Opções	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Hetero	61	95,31	62	96,88	125	93,98	203	92,69	554	97,54
Homo	2	3,13	1	1,56	5	3,76	10	4,57	9	1,58
Bissexual	1	1,56	1	1,56	3	2,26	6	2,74	5	0,88
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

7 - QUAL A SUA SITUAÇÃO CONJUGAL DE FATO?											
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste		
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	
Opções											
Casado(a)	35	54,69	37	57,81	75	56,39	112	51,14	299	52,64	
Solteiro(a)	29	45,31	27	42,19	58	43,61	107	48,86	269	47,36	
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100	

8 - QUANTOS FILHOS VOCÊ TEM?										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Opções										
Nenhum	20	31,25	22	34,38	60	45,11	105	47,95	256	45,07
Um	10	15,63	17	26,56	29	21,80	31	14,16	120	21,13
Dois	16	25,00	19	29,69	33	24,81	47	21,46	138	24,30
Três ou mais	18	28,13	6	9,38	11	8,27	36	16,44	54	9,51
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

2- RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Regiões	9 - QUAL A SUA RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)?*											
	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste			
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP		
Até 3 SM	8	12,50	4	6,25	12	9,02	28	12,79	57	10,04		
De 4 a 6 SM	19	29,69	17	26,56	40	30,08	65	29,68	179	31,51		
De 7 a 9 SM	19	29,69	11	17,19	29	21,80	50	22,83	121	21,30		
Mais de 9 SM	18	28,13	32	50	52	39,10	76	34,70	211	37,15		
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100		

* Resultados relativos a todas(os) as(os) entrevistadas(os).

Regiões	10 - QUANTOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS, NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL, VOCÊ POSSUI?											
	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste			
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP		
Nenhum	7	10,94	9	14,06	14	10,53	23	10,50	70	12,32		
Um	48	75,00	42	65,63	114	85,71	166	75,80	439	77,29		
Dois	8	12,50	13	20,31	5	3,76	30	13,70	52	9,15		
Três ou mais	1	1,56	-	-	-	-	-	-	7	1,23		
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100		

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

11 - QUAL O TIPO DO SEU PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO?*												
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste			
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP		
Estatutário	29	50,88	38	69,09	66	55,46	93	47,45	289	58,03		
Celetista	16	28,07	3	5,45	35	29,41	52	26,53	146	29,32		
Serv. Prestado	3	5,26	2	3,64	2	1,68	24	12,24	23	4,62		
Contrato Temporário	8	14,04	11	20,00	12	10,08	23	11,73	33	6,63		
Contrato de Trabalho	-	-	1	1,82	4	3,36	1	0,51	-	-		
Cargo de Comissão	1	1,75	-	-	-	-	1	0,51	1	0,20		
Cooperativado	-	-	-	-	-	-	2	1,02	1	0,20		
Voluntário	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,40		
Lei 500	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,40		
Regime Jurídico Único	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,20		
Total	57	100	55	100	119	100	196	100	498	100		

* Resultados relativos aos que possuem algum vínculo na área do Serviço Social.

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

12 - QUAL A NATUREZA DA INSTITUIÇÃO DO SEU PRINCIPAL VÍNCULO EMPREGATÍCIO?*											
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste		
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	
Públ. Federal	6	10,53	11	20,00	13	11	29	15	63	12,65	
Públ. Estadual	19	33,33	26	47,27	23	19	51	26	103	20,68	
Públ. Municipal	13	22,81	16	29,09	47	39	67	34	236	47	
Privada	11	19,30	1	1,82	21	18	29	15	60	12,05	
Terceiro Setor	6	10,53	-	-	13	11	14	7	30	6,02	
Distrital	2	3,51	-	-	-	-	-	-	-	-	
Autarquia Federal	1	1,82	-	-	-	-	3	2	2	0,40	
Economia Mista	-	-	-	-	1	1	2	1	2	0,40	
Fundação	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
Paraestatal	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,20	
Inst. Científica Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,20	
Total	57	100	55	100	119	100	196	100	498	100	

* Resultados relativos aos que possuem algum vínculo na área do Serviço Social.

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

13 - QUAL A SUA RENDA TOTAL NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL?*										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Até 3 SM	9	15,79	1	1,82	19	15,97	54	27,55	62	12,45
De 4 a 6 SM	26	45,61	26	47,27	61	51,26	83	42,35	222	44,58
De 7 a 9 SM	13	22,81	14	25,45	19	15,97	32	16,33	112	22,49
Mais de 9 SM	9	15,79	14	25,45	20	16,81	27	13,78	102	20,48
Total	57	100	55	100	119	100	196	100	498	100

* Resultados Relativos aos que Possuem algum Vínculo Na Área Do Serviço Social.

14 - QUAL A SUA CARGA HORÁRIA NO PRINCIPAL VÍNCULO?*										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Menos de 20h	-	-	-	-	2	1,68	6	3,06	14	2,81
20h	3	5,26	2	3,64	7	5,88	29	14,80	26	5,22
24h	1	1,75	-	-	1	0,84	12	6,12	13	2,61
30h	20	35,09	22	40,00	28	23,53	65	33,16	130	26,10
40h	22	38,60	22	40,00	75	63,03	72	36,73	278	55,82
Mais de 40h	11	19,30	9	16,36	6	5,04	12	6,12	37	7,43
Total	57	100	55	100	119	100	196	100	498	100

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

15 - O CARGO QUE VOCÊ OCUPA TEM A NOMENCLATURA DE ASSISTENTE SOCIAL?*										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Sim	51	89,47	45	81,82	95	79,83	160	81,63	438	87,95
Não	6	10,53	10	18,18	24	20,17	36	18,37	60	12,05
Total	57	100	55	100	119	100	196	100	498	100

* Resultados relativos aos que possuem algum vínculo na área do Serviço Social.

16 - VOCÊ TRABALHA NA MESMA CIDADE EM QUE RESIDE?*										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Sim	49	85,96	51	92,73	100	84,03	156	79,59	379	76,10
Não	8	14,04	4	7,27	19	15,97	40	20,41	119	23,90
Total	57	100	55	100	119	100	196	100	498	100

* Resultados Relativos aos que Possuem algum Vínculo Na Área Do Serviço Social.

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

17 - A SUA ATUAL FORMAÇÃO É?										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Graduado(a)	42	65,63	23	35,94	63	47,37	63	47,37	338	59,51
Especialista	19	29,69	31	48,44	51	38,35	51	38,35	190	33,45
Mestre(a)	2	3,13	6	9,38	16	12,03	16	12,03	29	5,11
Doutor(a)	-	-	4	6,25	3	2,26	3	2,26	5	0,88
Pós-Doutor(a)	1	1,56	-	-	-	-	-	-	6	1,06
Total	64	100	64	100	133	100	133	100	568	100

* Resultados relativos a Todos os (as) Entrevistados (as).

3- CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

18 - VOCÊ CONHECE AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O SERVIÇO SOCIAL ELABORADA PELA ABEPSS?										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Sim	31	48,44	34	53,13	71	53,38	74	33,79	250	44,01
Não	33	51,56	30	46,88	62	46,62	145	66,21	318	55,99
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

19 - VOCÊ JÁ LEU A LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO (Nº 8662/93)?												
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste			
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP		
Sim	61	95,31	63	98,44	125	93,98	195	89,04	505	88,91		
Não	3	4,69	1	1,56	8	6,02	24	10,96	63	11,09		
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100		

20 - VOCÊ JÁ LEU O CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993?												
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste			
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP		
Sim	62	96,88	64	100	130	97,74	212	96,80	542	95,42		
Não	2	3,13	-	-	3	2,26	7	3,20	26	4,58		
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100		

21 - VOCÊ CONHECE A TABELA REFERENCIAL DE HONORÁRIOS ELABORADA PELO CFESS EM 2001?												
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste			
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP		
Sim	33	51,56	44	68,75	46	34,59	77	35,16	425	74,82		
Não	31	48,44	20	31,25	87	65,41	142	64,84	143	25,18		
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100		

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

22 - NA SUA OPINIÃO A LEGISLAÇÃO RESPALDA O COTIDIANO DO TRABALHO PROFISSIONAL?										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Opções										
Sim	32	50	57	89,06	101	75,94	139	63,47	303	53,35
Não	32	50	7	10,94	32	24,06	80	36,53	265	46,65
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100

4- PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS

23 - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE POLÍTICA?										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Opções										
Não	34	53,13	35	54,69	82	61,65	141	64,38	425	74,82
Sim	30	46,88	29	45,31	51	38,35	78	35,62	143	25,18
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100

24 - EM QUAL DESSES MOVIMENTOS VOCÊ PARTICIPA?(RM)*										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Opções										
Movimento da Categoria de Assistente Social	16	45,71	13	37,14	31	52,54	48	47,52	73	41,95

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

▼ Continua na próxima página

▼ Continuação da página anterior

Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Opções										
Movimento Social (Associações, Mov. Negro, Mov. de Mulheres, Etc)	11	31,43	13	37,14	17	28,81	33	32,67	56	32,18
Movimento Sindical	4	11,43	4	11,43	4	6,78	12	11,88	18	10,34
Movimento Partidário	4	11,43	5	14,29	7	11,86	8	7,92	27	15,52
Total	35	100	35	100	59	100	101	100	174	100

* Resultados relativos aos que participam de alguma Atividade Política.

Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Opções										
Assídua	17	56,67	14	48,28	32	62,75	42	53,85	74	51,75
Eventual	13	43,33	15	51,72	19	37,25	36	46,15	69	48,25
Total	30	100	29	100	51	100	78	100	143	100

* Resultados relativos aos que participam de alguma Atividade Política.

Obs.: VA = Valor Absoluto / VP = Valor Percentual

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

26 - QUAL A SUA SITUAÇÃO JUNTO A ESSE MOVIMENTO?*										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Sou Apenas Filiado	12	40	9	31,03	14	27,45	17	21,79	48	33,57
Sou Militante de Base	12	40	13	44,83	23	45,10	41	52,56	56	39,16
Sou Dirigente	6	20	7	24,14	14	27,45	20	25,64	39	27,27
Total	30	100	29	100	51	100	78	100	143	100

* Resultados Relativos aos que Participam de alguma Atividade Política.

27 - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM CONSELHO DE DIREITOS OU DE POLÍTICAS SOCIAIS?										
Regiões	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste	
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP
Sim	25	39,06	24	37,50	40	30,08	67	30,59	163	28,70
Não	39	60,94	40	62,50	93	69,92	152	69,41	405	71,30
Total	64	100	64	100	133	100	219	100	568	100

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Regiões	28 - EM QUAL(IS) ÁREA(S)?(RM)*											
	Centro-oeste		Norte		Sul		Nordeste		Sudeste			
	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP	VA	VP		
Criança e Adolescente	12	35,29	6	21	9	16,98	25	30	55	24,44		
Assistência	10	29,41	7	25	23	43,40	27	32	84	37,33		
Saúde	6	17,65	5	18	10	18,87	15	18	35	15,56		
Idoso	3	8,82	3	11	4	7,55	3	4	21	9,33		
Direitos Humanos	2	5,88	4	14	2	3,77	9	11	11	4,89		
Mulher	1	2,94	2	7	3	5,66	2	2	10	4,44		
Cons. de Segurança Ali.	-	-	1	4	1	1,89	-	-	1	0,44		
Portador de Deficiência	-	-	-	-	1	1,89	1	1	2	0,89		
Educação	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-		
Gênero e Etnia	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-		
Segurança Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,44		
Cons. de Comunidade	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,44		
Portador de Deficiência	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,44		
Geração de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,44		
Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,44		
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,44		
Total	34	100	28	100	53	100	84	100	225	100		

* Resultados relativos aos que participam em conselhos.

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CFESS**

GESTÃO 2002/2005

“TRABALHO, DIREITOS E DEMOCRACIA - A GENTE FAZ UM PAÍS”

Presidente: *Léa Lúcia Cecílio Braga*

Vice-Presidente: *Joaquina Barata Teixeira*

1ª Secretária: *Elisabete Borgianni*

2ª Secretária: *Neimy Batista da Silva*

1ª Tesoureira: *Marylucé dos Santos Gomes*

2ª Tesoureira: *Marlene de Fátima Azevedo Silva*

Conselho Fiscal: *Ana Cristina Muricy de Abreu, Marcia Izabel Godoy Marks, Solange Stela Serra Martins.*

Suplentes: *Marlise Vinagre Silva, Verônica Pereira Gomes, Jacqueline Rosa Pereira, Marcelo Braz Moraes dos Reis, Ruth Ribeiro Bittencourt, Marcia Maria Biondi Pinheiro, Deborah Cristina Amorim, Djanyse Barros de Arruda Mendonça, Francisco Donizetti Ventura.*

Organização dessa Publicação: *COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA/DI, Elisabete Borgianni (Coordenação), Deborah Cristina Amorim, Marcelo Braz Moraes dos Reis, Neimy Batista da Silva e Marlise Vinagre Silva*

Assessoria de Comunicação/Imprensa: *Amanda Vieira*